



2018

RELATÓRIO TÉCNICO

57

Gestão do Trabalho e Educação no SUS

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	57		
TÍTULO DO TC:	Gestão do Trabalho e Educação no SUS		
Objeto do TC:	Apoiar o aprimoramento da gestão do SUS, com foco na educação permanente de seus profissionais e na qualificação da gestão do trabalho.		
Número do processo:	25000.167335/2008-01	Número do SIAFI:	643683
Data de início	30/12/2008	Data de término:	28/12/2018
DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$84.000.000,00
TA:	2	recurso	R\$84.000.000,00
TA:	3	prorrogação	R\$0,00
TA:	4	recurso	R\$126.000.000,00
Valor Total no TC:			R\$ 294.000.000,00
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE			
Área técnica	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS)		
Responsável:	Rogério Luiz Zeraik Abdalla		
Endereço:	Ministério da Saúde Esplanada dos Ministérios Bloco G Brasília-DF / CEP: 70058-900		
Telefone:	(61) 33152224	E-mail:	agenda.sgtes@saude.gov.br
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS			
Área técnica	Capacidades Humanas para a Saúde (UT HRH)		
Responsável:	Monica Padilla		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61)32519550	E-mail:	padillamo@paho.org

2. MATRIZ LÓGICA

Finalidade do Projeto/TC		Apoio à elaboração de políticas e à implementação dos processos de gestão do trabalho e da educação no SUS				
Propósito do Projeto/TC		Aprimorar a gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, com foco na promoção da qualificação da gestão do trabalho e da educação permanente dos profissionais da saúde e no desenvolvimento de ações integradas e de suporte técnico-científico requeridos para a definição de políticas para a área contribuindo desta forma, para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.				
Linha de base do Projeto/TC						
Nº	Resultado Esperado	Atividade(s)	Indicador(es)	Meta(s)	Fonte(s) de Verificação	Externalidade(s)

Finalidade do Projeto/TC		Apoio à elaboração de políticas e à implementação dos processos de gestão do trabalho e da educação no SUS				
Propósito do Projeto/TC		Aprimorar a gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, com foco na promoção da qualificação da gestão do trabalho e da educação permanente dos profissionais da saúde e no desenvolvimento de ações integradas e de suporte técnico-científico requeridos para a definição de políticas para a área contribuindo desta forma, para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.				
Linha de base do Projeto/TC						
Nº	Resultado Esperado	Atividade(s)	Indicador(es)	Meta(s)	Fonte(s) de Verificação	Externalidade(s)
1	Apoio à elaboração e implementação de políticas integradas de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde.	A1 - Apoiar o programa do Telessaúde; A2 - Apoiar o VERSUS; A3 - Apoio ao Portal de Evidências; A4 - Apoio ao programa PROVAB; A5 - Apoio ao programa de Residência Médica e Multiprofissional; A6 - Apoio a formação de preceptores dos programas de Residência Médica e Multiprofissional; A7 - Apoiar os processos de matriciamento dos programas de Residência Médica e Multiprofissional; A8 - Apoiar as comissões gestoras estaduais; A9 - Apoio e acompanhamento das políticas de provimento e formação; A10 - Apoiar estudos relacionados ao tema das políticas de provimento e formação.	* Número de projetos do Provab, apoiados em sua implementação; * Número de projetos de Residência Médica e Multiprofissional apoiados em sua elaboração e implementação; * Número de acordos firmados pelo Ministério da Saúde com as secretarias estaduais e municipais de saúde para desenvolvimento conjunto de estratégias de fixação de profissionais de saúde em áreas remotas e de difícil provimento e apoiados pelo TC; * Número de projetos de capacitação em EAD dirigidos para os profissionais do Provab, operados a partir do Sistema UNA*SUS apoiados; * Números núcleos do TELESSAÚDE, apoiados visando ampliar a atuação do Programa, como suporte de estratégia de fixação de profissionais em áreas de difícil provimento; * Processo de fixação de profissionais em áreas remotas e de difícil provimento apoiados. * Número de estudos na área de educação e trabalho apoiados	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).	* Relatórios de Progresso; * Instrumentos da OPAS utilizados e firmados com sua participação, Relatórios de Progresso, Relatórios Técnicos e Prestação de Contas; * Relatórios de Gestão; * Relatórios de Progresso.	* Mobilização e adesão de estados e municípios; * Mobilização e adesão de instituições formadoras para o matriciamento; * Adesão de estados e municípios; * Adesão das instituições formadoras ao modelo proposto pela UNA-SUS; * Sensibilização de instituições potencialmente aptas à integração ao Programa; * Adesão de estados e municípios; * Identificação de gaps de conhecimento; * Concordância das partes interessadas.

Finalidade do Projeto/TC		Apoio à elaboração de políticas e à implementação dos processos de gestão do trabalho e da educação no SUS				
Propósito do Projeto/TC		Aprimorar a gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, com foco na promoção da qualificação da gestão do trabalho e da educação permanente dos profissionais da saúde e no desenvolvimento de ações integradas e de suporte técnico-científico requeridos para a definição de políticas para a área contribuindo desta forma, para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.				
Linha de base do Projeto/TC						
Nº	Resultado Esperado	Atividade(s)	Indicador(es)	Meta(s)	Fonte(s) de Verificação	Externalidade(s)
			em sua realização; *Número de projetos de regulação do trabalho na saúde, em regiões de fronteira apoiados;			

Finalidade do Projeto/TC		Apoio à elaboração de políticas e à implementação dos processos de gestão do trabalho e da educação no SUS				
Propósito do Projeto/TC		Aprimorar a gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, com foco na promoção da qualificação da gestão do trabalho e da educação permanente dos profissionais da saúde e no desenvolvimento de ações integradas e de suporte técnico-científico requeridos para a definição de políticas para a área contribuindo desta forma, para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.				
Linha de base do Projeto/TC						
Nº	Resultado Esperado	Atividade(s)	Indicador(es)	Meta(s)	Fonte(s) de Verificação	Externalidade(s)
2	Apoio à elaboração e implementação de políticas de Gestão do Trabalho na Saúde.	A1 - Apoiar as ações da MNNP-SUS; A2 - Apoiar os projetos na área de Gestão do Trabalho; A3 - Apoiar o InovaSUS; A4 - Apoiar a despreciação do Trabalho em Saúde; A5 - Apoiar o programa de sobre a Regulação do Trabalho na Saúde; A6 – Apoiar as ações do MERCOSUL; A7 – Apoiar as iniciativas e experiências de valorização do trabalho e do trabalhador em saúde; A8 – Apoio a realização de Mostra de Experiências e Práticas de Gestão do Trabalho no SUS; A9 – Apoiar a realização de pesquisa sobre o Perfil dos Agentes Comunitários de Saúde-ACS; A10 - Apoiar as estratégias e processos que resultem no fortalecimento do projeto de Dimensionamento da força de trabalho do SUS.	* Processo de estruturação e funcionamento do Sistema Nacional de Negociação Permanente e da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS apoiados; * Projeto Piloto do ProgeSus na modalidade EAD apoiado em sua concepção, implantação e avaliação; * Projeto da Políticas de Promoção da Saúde dos Trabalhadores do SUS concluídos e implantado; * Número de Projetos de PCCS apoiados em sua formulação e implementação; * Número de Projetos de Despreciação do Trabalho no SUS, apoiados; * Laboratório de Inovação da Gestão do Trabalho no SUS apoiado em sua implantação; * Processo para o fortalecimento do papel do Estado no campo da Regulação do Trabalho e da Educação na Saúde, apoiado em suas etapas de definição de estratégias, discussões técnico*políticas e aprovação legislativa; * Número de secretarias estaduais e municipais de saúde apoiadas na implementação de	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).	* Relatórios de Gestão; * Relatórios de Progresso; * Relatórios de Estudos.	* Sensibilização de estados e municípios; * Proposta de curso concluída e aprovada para utilização em nível nacional; * Sensibilização e adesão de estados e municípios à proposta; * Sensibilização e adesão de estados e municípios à proposta; * Sensibilização e adesão de estados e municípios à proposta; * Desenho da proposta concluído e aprovado; * Aprovação e apoio da Presidência da República à proposta; * Adesão de estados e municípios à proposta; * Identificação de gaps de conhecimento.

Finalidade do Projeto/TC		Apoio à elaboração de políticas e à implementação dos processos de gestão do trabalho e da educação no SUS				
Propósito do Projeto/TC		Aprimorar a gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, com foco na promoção da qualificação da gestão do trabalho e da educação permanente dos profissionais da saúde e no desenvolvimento de ações integradas e de suporte técnico-científico requeridos para a definição de políticas para a área contribuindo desta forma, para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.				
Linha de base do Projeto/TC						
Nº	Resultado Esperado	Atividade(s)	Indicador(es)	Meta(s)	Fonte(s) de Verificação	Externalidade(s)
			estruturas de gestão do trabalho e da educação na saúde; * Número de estudos sobre dimensionamento da força de trabalho e perfis das profissões em saúde apoiados.			

Finalidade do Projeto/TC		Apoio à elaboração de políticas e à implementação dos processos de gestão do trabalho e da educação no SUS				
Propósito do Projeto/TC		Aprimorar a gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, com foco na promoção da qualificação da gestão do trabalho e da educação permanente dos profissionais da saúde e no desenvolvimento de ações integradas e de suporte técnico-científico requeridos para a definição de políticas para a área contribuindo desta forma, para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.				
Linha de base do Projeto/TC						
Nº	Resultado Esperado	Atividade(s)	Indicador(es)	Meta(s)	Fonte(s) de Verificação	Externalidade(s)
3	Apoio à elaboração e implementação de políticas de Gestão da Educação na Saúde .	<p>A1 - Apoiar os Projetos Pró-Saúde e PET-Saúde junto aos cursos de graduação em saúde e Secretarias Municipais/Estaduais de Saúde participantes dos Projetos Pró-Saúde/PET-Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde;</p> <p>A2 - Apoio a realização dos congressos: Brasileiro de Enfermagem/ da ABRASCO/ do COBEM / FENEPAS;</p> <p>A3 - Apoiar a realização de eventos, oficinas, encontros, seminários, atividades da Coordenação de Ações Técnica;</p> <p>A4 - Apoiar a realização de capacitações para a tematica Segurança do Paciente;</p> <p>A5 - Apoiar a realização de eventos, oficinas, encontros, seminários, atividades da Coordenação de Ações Estratégicas;</p> <p>A6 - Acompanhamento das ações que estruturam a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;</p> <p>A7 - Apoiar a avaliação do PROFAPS;</p> <p>A8 - Apoiar e Monitoramento do observatorio UNB;</p> <p>A9 - Apoio requalificação física e Tecnológica/EAD da ETSUS;</p> <p>A10 - Apoiar as diretrizes curriculares: Enfermagem, odontologia e agentes comunitários;</p> <p>A11 - Apoiar os 14 cursos da saúde;</p> <p>A12 - Apoiar a realização de 03 Especializações na area da Política Nacional Educação Permanente;</p> <p>A13 - Apoiar a realização de evento referente a Segurança do Paciente;</p> <p>A14 - Apoiar ações e evento para capacitação em</p>	<p>* Número de instituições de ensino superior apoiadas para a reforma de graduação;</p> <p>* Número de projetos de reorientação da formação profissional em saúde apoiados;</p> <p>* Número de projetos do Pro e PET Saúde apoiados;</p> <p>* Número de cursos do Profaps apoiados;</p> <p>* Número de cursos de doutorado apoiados;</p> <p>* Número de cursos de mestrado apoiados;</p> <p>* Número de cursos de especialização apoiados;</p> <p>* Número de cursos de aperfeiçoamento apoiados;</p> <p>* Número de processo de produção de materiais didáticos voltados para a formação e capacitação de profissionais de saúde apoiados;</p> <p>* Número de projetos de capacitação profissional na saúde, em áreas de fronteira apoiados;</p> <p>* Número de estudos prospectivos na área da educação em saúde apoiados em sua realização.</p>	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).	<p>* Relatórios de Progresso;</p> <p>* Instrumentos da OPAS utilizados e firmados com sua participação, Relatórios de Progresso, Relatórios Técnicos e Prestação de Contas;</p> <p>* Relatórios de Gestão.</p>	<p>* Sensibilização e adesão das instituições formadoras;</p> <p>* Adesão das instituições formadoras aos processos de reorientação de currículos;</p> <p>* Elaboração de editais;</p> <p>* Sensibilização e acordos prévios com os países interessados;</p> <p>* Identificação de gaps de conhecimento.</p>

Finalidade do Projeto/TC		Apoio à elaboração de políticas e à implementação dos processos de gestão do trabalho e da educação no SUS				
Propósito do Projeto/TC		Aprimorar a gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, com foco na promoção da qualificação da gestão do trabalho e da educação permanente dos profissionais da saúde e no desenvolvimento de ações integradas e de suporte técnico-científico requeridos para a definição de políticas para a área contribuindo desta forma, para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.				
Linha de base do Projeto/TC						
Nº	Resultado Esperado	Atividade(s)	Indicador(es)	Meta(s)	Fonte(s) de Verificação	Externalidade(s)
		Monitoramento e Avaliação.				
4	Fortalecimento da capacidade decisória dos gestores de Políticas de SGTES pela disponibilização de informações estratégicas.	A1 - Apoiar os projetos da Rede ObservaRH; A2 - Apoiar parceria para transferência de tecnologia em Formação de Recursos Humanos para Saúde com URUGUAI; A3 - Apoiar parceria para transferência de tecnologia em Formação de Recursos Humanos para Saúde com HAITI.	*Número de instituições técnico científicas apoiadas para a produção de conhecimentos no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde, e integradas em rede; * Número de Observatórios de RH apoiados em seus processos de estruturação e funcionamento; * Processo de unificação de sistemas de informação de SGTES em plataforma integrada a ser utilizada pela SGTES, apoiado em sua concepção e implantação; * Número de sistemas de monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos construídos e implantados; * Processo de implantação da Sala de Situação em SGTES como lócus para a sistematização de conhecimento gerados e análise de situação, a partir da qual são propostas políticas, programas e projetos de SGTES e monitorados e avaliados os resultados de sua implantação.	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).	* Relatórios de Progresso; * Instrumentos da OPAS utilizados e firmados com sua participação, Relatórios de Progresso, Relatórios Técnicos e Prestação de Contas.	* Identificação das Instituições parceiras; * Identificação de capacidade técnica para desenvolvimento de estudos analíticos; * Decisão política da autoridade em promover o processo; * Definição de demandas por parte da autoridade e coordenadores de programa e projetos; * Decisão política da autoridade em implantar o processo

Finalidade do Projeto/TC		Apoio à elaboração de políticas e à implementação dos processos de gestão do trabalho e da educação no SUS				
Propósito do Projeto/TC		Aprimorar a gestão do Sistema Único de Saúde - SUS, com foco na promoção da qualificação da gestão do trabalho e da educação permanente dos profissionais da saúde e no desenvolvimento de ações integradas e de suporte técnico-científico requeridos para a definição de políticas para a área contribuindo desta forma, para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.				
Linha de base do Projeto/TC						
Nº	Resultado Esperado	Atividade(s)	Indicador(es)	Meta(s)	Fonte(s) de Verificação	Externalidade(s)
5	Apoio ao fortalecimento da capacidade nacional para a cooperação internacional no campo da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.	A1 - Apoiar as ações internacionais em RHS.	<ul style="list-style-type: none"> * Numero de grupos de trabalho apoiados; * Número de eventos internacionais apoiados; * Número de projetos de cooperação internacional apoiados. 	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).	<ul style="list-style-type: none"> * Relatórios de Progresso; * Instrumentos da OPAS utilizados e firmados com sua participação, Relatórios de Progresso, Relatórios Técnicos e Prestação de Contas. 	<ul style="list-style-type: none"> * Definição política em relação aos processos e projetos apoiados; * Negociações prévias com os países interessados.

3. CONTEXTO

As questões relacionadas com a organização e gestão do trabalho e a formação dos profissionais de saúde constituem um dos maiores desafios enfrentados no âmbito dos sistemas de saúde no mundo contemporâneo. Esse processo tem demandado a análise de um amplo conjunto de questões a serem enfrentadas em múltiplas dimensões que abrangem a formação profissional, mercado de trabalho, educação permanente dos trabalhadores de saúde e os mecanismos de contratação, distribuição e gestão do trabalho nos diversos espaços de produção de ações e serviços de saúde e nas instâncias de gestão, regulação e controle social do SUS.

O Brasil enfrenta grandes desafios relacionados à disponibilidade, distribuição e desempenho de sua força de trabalho em saúde assim como na formação e prática profissional. A força de trabalho de saúde disponível, particularmente os médicos, é menor do que em países com um nível similar de desenvolvimento e bem abaixo da média entre os países da OCDE, por exemplo. A distribuição geográfica e setorial é marcada por desigualdades, uma vez que muitos profissionais da saúde incluindo os médicos atuam em áreas urbanas do setor privado ou em atendimento especializado. A pressão por melhorar a capacidade resolutiva em saúde tem colocado na agenda da gestão dos sistemas de saúde a nível global a necessidade de analisar criticamente os modelos de gestão, financiamento e organização do trabalho.

A Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação da Saúde/SGTES/MS, através de suas diretorias, centraram esforços para o enfrentamento dos grandes desafios, desta secretaria, objetivando contribuir com a estruturas dos serviços de saúde no país, através da inserção dos profissionais. E estes profissionais devem ser bem formados, em quantidade suficiente, distribuídos equitativamente e com as capacidades adequadas, de acordo com as necessidades de saúde da população.

O Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde/DEPREPS, com quase 05 anos de existência, onde através do Programa Mais Médicos, provocou um impacto excepcional na acessibilidade aos serviços de saúde e equidade na resposta do SUS à população e expansão do acesso aos cuidados de saúde da população nos últimos anos, atuou, neste primeiro semestre fortemente, para o fortalecimento das ações desenvolvidas nas políticas voltadas para as residências em saúde. O componente da formação médica do programa, sofreu uma desaceleração em 2017, colocando este tema, como também a incorporação da medicina da família e comunidade, como temas importantes para serem incorporados no debate e processo de trabalho este ano.

Já o Departamento de Gestão da Educação na Saúde /DEGES, segue fortemente trabalhando neste primeiro semestre na Plano de Ação para a Implementação Educação Interprofissional (EIP)/2017-2018, tema que se destaca no cenário do Sistema Único de Saúde (SUS) que é interprofissional, sobretudo seu modelo de Atenção, centrado na Atenção Primária à Saúde (APS) que, por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), incorpora diferentes profissões em equipes para atuação compartilhada. Aproveitando também os mais de 10 anos da institucionalização da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), foram realizadas várias discussões e atividades visando a atualização e fortalecimento desta política.

No Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde/DEGERTS centrou seu trabalho na análise do marco regulatório da formação profissional em saúde, nas metodologias de dimensionamento de profissionais de recursos humanos em saúde e na análise das fortalezas e oportunidades para reforçar a Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde.

Diante de todo este contexto, o presente relatório está estruturado com base na matriz vigente, refletindo, por seus projetos, a execução do Termo de Cooperação no primeiro semestre do ano 2018. As atividades programadas guardam coerência com os mandatos da Organização e tecnicamente correspondem aos desafios do desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde (RHS) que persistem no país. Todas as atividades se desenvolveram em coordenação permanente entre a Secretaria de Gestão do Trabalho e a Educação SGTES e a Unidade Técnica de capacidades Humanas para a Saúde/UTCHPS/OPAS, com um conjunto de projetos, que em sua grande maioria executados por instituições acadêmicas nacionais (majoritariamente do setor público), municípios e organizações especializadas, nos diferentes níveis do Sistema Único de Saúde (SUS).

Importante ressaltar solidez técnica e abordagem integral do TC 57 no campo da política de desenvolvimento de RHS o que permitiu ratificar a vigência dos eixos técnicos de trabalho da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES). Em todo o momento o processo de trabalho conjunto se deu na perspectiva de fortalecimento da capacidade nacional, incentivando sempre iniciativas inovadoras no campo da educação e gestão do trabalho

O documento reflete os avanços nos planos da governança, acesso e incidência nos marcos regulatórios e técnicos dos campos da educação e do trabalho.

4. 1º SEMESTRE DE 2018

4.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	Apoio à elaboração e implementação de políticas integradas de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> * Número de projetos do Provac, apoiados em sua implementação; * Número de projetos de Residência Médica e Multiprofissional apoiados em sua elaboração e implementação; * Número de acordos firmados pelo Ministério da Saúde com as secretarias estaduais e municipais de saúde para desenvolvimento conjunto de estratégias de fixação de profissionais de saúde em áreas remotas e de difícil provimento e apoiados pelo TC; * Número de projetos de capacitação em EAD dirigidos para os profissionais do Provac, operados a partir do Sistema UNA*SUS apoiados; * Números núcleos do TELESSAÚDE, apoiados visando ampliar a atuação do Programa, como suporte de estratégia de fixação de profissionais em áreas de difícil provimento; * Processo de fixação de profissionais em áreas remotas e de difícil provimento apoiados. * Número de estudos na área de educação e trabalho apoiados em sua realização; * Número de projetos de regulação do trabalho na saúde, em regiões de fronteira apoiados; 	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:		13
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:		12

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Este resultado esperado teve como objetivo apoiar as ações que contribuíssem para a elaboração e implantação de políticas integradas de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, contribuindo assim para o fortalecimento das capacidades de gestão da SGTES/MS.

Importante destacar neste resultado, temáticas como: apoio à Inovação na Educação em Saúde, investimento em ações de qualificação dos processos de Educação Permanente e suporte a atividades de planejamento e fortalecimento de capacidades para a gestão do trabalho e da educação na saúde.

No que concerne às ações de apoio a atividades de planejamento e construção de capacidades para a gestão do trabalho e da educação na saúde, vale destacar a realização de alguns eventos que prestaram um papel relevante na elaboração e fortalecimento da agenda de temas como: provimento e fixação de profissionais em regiões remotas, de difícil acesso e com alta vulnerabilidade social; residências médicas e multiprofissionais em saúde; gestão interfederativa no SUS, e; saúde global. Nas temáticas de provimento e fixação de profissionais de saúde e também de residências médicas e multiprofissionais, foi realizado em maio de 2018 o I SIREs (Seminário Internacional de Residências em Saúde). Este evento, coordenado pela equipe do DEPREPS, contou com a participação tanto das referências do Programa Mais Médicos, quanto de gestores, pesquisadores e residentes de todas as regiões do país. Foram convidados experts de diferentes países que tinham experiência em quatro grandes eixos temáticos: (1) Integração ensino-serviço-comunidade; (2) Trabalho e Educação Interprofissional; (3) Planejamento e Gestão Financeira, e; (4) Residências em regiões de difícil provimento (<http://www.sires.com.br/>). A UTCHS também apoio o

maior evento nacional de gestores municipais de saúde que foi o 33º Congresso Nacional do CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), que continha uma vasta, intensa e variada programação com mais de 5 mil participantes de todas as regiões do Brasil (<https://www.conasems.org.br/congresso/>). Por fim, houve também suporte e cooperação técnica na preparação do 3º Congresso Internacional de Saúde – Cuba Salud, ocorrido em Havana, Cuba (www.abrasco.org.br/site/eventos/outros-eventos/cuba-salud-2018/30511/).

Durante todo o ano de 2017, o DEGES/SGTES/MS e a UTCHPS/OPAS/OMS atuaram no processo de organização do Laboratório de Inovação/LI em Educação na Saúde com foco em Educação Permanente em Saúde (EPS), com atividades de planejamento da fase preparatória, que consistiu na seleção do tema, revisão bibliográfica e formação do grupo de trabalho; posteriormente seguiu-se para a fase operacional, com a avaliação das 251 experiências inscritas. E no primeiro semestre deste ano, o LI identificou 15 práticas que demonstraram a capacidade de operacionalizar o conceito de Educação Permanente em Saúde e tornou possível observar a materialização da PNEPS no SUS. É também uma iniciativa pioneira na América Latina por realizar um mapeamento de experiências de Educação Permanente que aportam elementos de inovação neste campo. (<http://apsredes.org/laboratorio-de-inovacao-em-educacao-na-saude-com-enfase-em-educacao-permanente/>)

No que diz respeito ao Prêmio INOVASUS 2015 - Gestão da Educação a UTCHS juntamente com o DEGES realizou monitoramento constante junto às instituições executoras dos projetos por meio de visitas in loco a 16 instituições, reuniões por web conferência e oficina durante o congresso da Rede Unida. Este movimento tem possibilitado uma maior efetividade na execução dos projetos (<http://portalms.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-e-regulacao-do-trabalho-em-saude/premio-inovasus>).

Uma observação importante a se fazer, do ponto de vista da execução das ações referentes ao RE1 do TC 57, é que foi feita uma alteração nas quatro ações previstas no Plano de Trabalho do 1º Semestre de 2018 que diz respeito ao Telessaúde, mais especificamente às quatro Oficinas Regionais previstas. Em virtude da necessidade de reformulação do programa – diagnosticada pelas duas Secretarias que conduzem e coordenam o programa (SGTES e SAS – Secretaria de Atenção à Saúde) – houve uma reformulação no planejamento de modo a acomodar os objetivos e ações previstos para estas oficinas regionais dentro de um calendário de visitas técnicas programadas para acontecer nos estados e municípios com vistas a auxiliar o desenvolvimento do programa de acordo com as diretrizes e encaminhamentos propostos nas atividades de planejamento do programa para o ano de 2018, realizadas no início do ano pela equipe gestora, com a participação da UTCHS neste processo. Desta forma, as ações de número 6 (seis) a 9 (nove) inseridas no PTS 1º/2018 foram condensadas na ação 46 e devidamente executadas. A mudança de planos tem o objetivo de tornar o programa mais eficiente, no que concerne a execução financeira e a melhoria nos processos de trabalho, tanto no campo da Regulação (redução de fila de espera de procedimentos e consultas especializadas, redução do número de encaminhamentos da Atenção Primária para outros níveis de atenção e qualificação dos encaminhamentos necessários), quanto no campo da Formação (teleconsultorias, atividades de capacitação e segunda opinião formativa).

A única ação não finalizada do RE1 do TC 57 neste 1º semestre de 2018 (agendada para ser encerrada no início do 2º semestre de 2018) foi a realização da Oficina Nacional para apresentação dos consensos e resultados do processo de atualização da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) em Saúde. Vale ressaltar, no entanto, que esta é a etapa final de um processo que teve início ainda no ano de 2017 com a realização de oficinas regionais, conduzidas pela égide da revisão da PNEP, da qual a conclusão ocorrerá nesta Oficina Nacional que trará os resultados de toda essa jornada e as consequências diretas e práticas para o que foi formulado, revisado e renovado dentro da Política. Conforme mencionado no Relatório Técnico apresentado no 2º semestre de 2017, o movimento de análise e revisão da PNEPS está articulado com o processo de valorização e incentivo à Inovação na gestão do trabalho e da educação em saúde, concretizados pela efetivação e execução de atividades de monitoramento dos projetos vencedores do Prêmio INOVASUS, e pelo apoio e acompanhamento do Laboratório de Inovação em Educação Permanente em Saúde.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Importante apenas ressaltar neste resultado as alterações propostas na condução da agenda do Programa Telessaúde Brasil Redes. Para além do tempo de existência do Programa – que por si só já justificaria movimentos de avaliação e revisão – as limitações orçamentárias e financeiras catalisaram o processo de análise mais detalhada sobre o custo-efetividade do Programa e, sobretudo seu papel dentro das Redes de Atenção à Saúde (RAS), culminando em mudanças de trajetória que tendem a favorecer e privilegiar não somente uma gestão mais eficiente, como também impactar diretamente na vida dos usuários do SUS que dependem da boa articulação das redes assistenciais, em especial na qualificação da atenção básica e sua conexão com os outros níveis de atenção.

Apresenta-se também como um desafio técnico, aprofundar as discussões acerca das residências em saúde e o componente da formação médica dentro do PMM para o Brasil.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações executadas ou em execução dentro desse resultado esperado para o primeiro semestre de 2018, contemplam boa parte dos indicadores previstos, mesmo sem atacar alguns temas diretamente a exemplo do Provab. Vale ressaltar, no entanto, que os indicadores estão ligados à uma matriz lógica que está inalterada desde o início da vigência do Termo de Cooperação, e de lá para cá houve mudanças importantes no contexto político e econômico do país que impuseram alterações necessárias nos Planos Semestrais de Trabalho. Desta forma, o próprio caso do Provab é um exemplo de indicador que não se faz mais pertinente, pois tanto já houve ações que atacaram este tema no passado, quanto agora perde-se o sentido pelo fato do Provab ter sido incorporado pelo Programa Mais Médicos. Ainda assim, as ações desenvolvidas tiveram relação direta com as metas e indicadores esperados para o apoio à implementação de políticas integradas de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde no Brasil.

A cooperação técnica para o tema da gestão do trabalho e da educação foi desenvolvida diretamente com a equipe gestora dos três departamentos SGTES/MS (DEGERTS, DEGES e DEPREPS), além da participação imprescindível da Coordenação Geral de Planejamento da SGTES, sendo que as diversas ações previstas no PTS foram planejadas para atender as metas constantes na matriz lógica do TC57, no Plano Nacional de Saúde e na Programação Anual de Saúde do governo brasileiro, bem como ao Plano Estratégico da OPAS/OMS 2014-2019.

Reforça-se novamente que o trabalho articulado e executado com as direções e coordenações da SGTES tem possibilitado uma execução harmoniosa com os diversos parceiros responsáveis pela execução das ações planejadas.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Apoio à elaboração e implementação de políticas de Gestão do Trabalho na Saúde.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> * Processo de estruturação e funcionamento do Sistema Nacional de Negociação Permanente e da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS apoiados; * Projeto Piloto do ProgeSus na modalidade EAD apoiado em sua concepção, implantação e avaliação; * Projeto da Políticas de Promoção da Saúde dos Trabalhadores do SUS concluídos e implantado; * Número de Projetos de PCCS apoiados em sua formulação e implementação; * Número de Projetos de Desprecarização do Trabalho no SUS, apoiados; * Laboratório de Inovação da Gestão do Trabalho no SUS apoiado em sua implantação; * Processo para o fortalecimento do papel do Estado no campo da Regulação do Trabalho e da Educação na Saúde, apoiado em suas etapas de definição de estratégias, discussões técnico*políticas e aprovação legislativa; * Número de secretarias estaduais e municipais de saúde apoiadas na implementação de estruturas de gestão do trabalho e da educação na saúde; * Número de estudos sobre dimensionamento da força de trabalho e perfis das profissões em saúde apoiados.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	17
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	17

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Este resultado esperado tem como objetivo apoiar a elaboração e implantação de políticas de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde. Nesta área o foco das ações executadas em parceria com o MS no primeiro semestre de 2018 voltou-se a atividades de apoio de ações da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (MNNP-SUS), projetos na área de Gestão do Trabalho, InovaSUS, programa de sobre a Regulação do Trabalho na Saúde e; programa de sobre a Regulação do Trabalho na Saúde.

No âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (MNNP-SUS) foi realizada em Brasília a 80ª Reunião Ordinária da MNNP-SUS (no período de 4 e 5/04/2018). O MNNP-SUS é um espaço formal de negociação coletiva entre gestores públicos, prestadores de serviços privados da saúde e entidades sindicais nacionais representativas dos trabalhadores da saúde, que trata de questões relativas às relações e condições de trabalho, foi criada e aprovada no pleno do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução nº 52, de 6 de maio de 1993.

Na Agenda Nacional do Trabalho Decente está sendo realizado um projeto como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico (DIEESE) com o objetivo de apoiar o fortalecimento da gestão do trabalho nos níveis estaduais, por meio da ampliação das iniciativas de geração de dados e informações sobre a força de trabalho do setor da saúde. Este projeto visa incorporar a colaboração do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) o que reposicionou o trabalho técnico em desenvolvimento para uma instância política nacional, conta com a participação dos 26 estados e o Distrito Federal.

No apoio aos projetos na área de gestão do trabalho foram desenvolvidas ações para aprimorar as capacidades em dimensionamento da força de trabalho na Atenção Básica e Serviços Pré-Hospitalares Fixos e Hospitalares de Urgência. Neste sentido foram realizadas duas cartas acordos uma em parceria com o Núcleo de Saúde Pública da Universidade de Brasília - ObservaRH-NESP intitulada "Fortalecimento da Gestão do Trabalho a Atenção Básica – Dimensionamento da Força de Trabalho na Atenção Básica de Saúde" com a implementação em nove Secretarias Municipais de Saúde de quatro Estados brasileiros: no estado do Amapá nos municípios de Macapá e Santana, no estado do Espírito Santo nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Linhares, em Goiás nos municípios de Goiânia e Anápolis e no Paraná em Astorga, São José dos Pinhais e Tapejara (com a inclusão de Maringá) e; em parceria com a Rede Unida intitulada "Formação, Intervenção e avaliação em metodologia de Planejamento e Dimensionamento da força de trabalho nos serviços pré-hospitalares fixos e hospitalares de urgência" com a implementação em 05 Secretarias Estaduais de Saúde - Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Ambas as metodologias de dimensionamento foram discutidas com uma visão de rede de atenção e aprimoradas para potencializar o seu uso por todo o país com parceiros de cooperação técnica para execução da carta acordo, bem como atores-chave no processo como o CONASEMS e CONASS (<http://rhsus.ufrn.br/dimensionamento> e <http://dimensionatrabalho.redeunida.org.br/>).

No mesmo âmbito, foi realizando entre os dias 26 a 28 de março de 2018 em Brasília, o "I Encontro Internacional de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde", Organizado pelo DEGERTS/SGTES UTCHPS/OPAS/OMS. Entre os objetivos do encontro estavam promover o dialogar com os gestores estaduais e municipais diretrizes que possam contribuir para o desenvolvimento das políticas nacionais de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde; fomentar as práticas de Inovação na Gestão do Trabalho; contribuir para o estabelecimento da Rede Interfederativa de Gestão do Trabalho em Saúde; discutir a importância das práticas interprofissionais, da ampliação do escopo de práticas e dos conflitos de competência na área de saúde no Brasil e em outros países; discutir a Saúde e o Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030 e; divulgar as perspectivas da Gestão do Trabalho em Saúde na América do Sul. O encontro teve a participação do Ministro da Saúde, Secretários e Diretores do Ministério da Saúde, autoridades nacionais e internacionais, representantes dos Ministérios do Planejamento, Trabalho, Educação, Parlamentares, Gestores Estaduais e Municipais, parceiros, participantes dos projetos realizados no âmbito da cooperação técnica com a OPAS, representantes das estações de trabalho da Rede de Observatórios de Recursos Humanos no Brasil (ObservaRH Brasil), <https://mercosur.observatoriorh.org/pt-br/i-encontro-internacional-de-gestao-e-da-regulacao-do-trabalho-em-saude>

Na agenda de regulação do trabalho em saúde decorreu no 21 de março a 39ª Reunião da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde (CRTS) e em 20 de junho a 40ª Reunião da CRTS, entre os temas trabalhados está o Ensino à Distância nas profissões de Saúde no Brasil, a atualização do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos em Saúde, entre outros. A CRTS foi criada por meio da Portaria GM/MS nº 827, de 5 de maio de 2004 e alterada pela Portaria GM/MS nº 174, de 27 de janeiro de 2006, é uma ação importante para a mediação de conflitos existentes entre os conselhos profissionais de saúde como, por exemplo, a judicialização de questões das práticas de enfermagem no escopo da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).

Neste tema também está em desenvolvimento um projeto com parceria entre a OPAS/Brasil, SGETS/MS e Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (DMP/FMUSP) intitulado "Arranjos institucionais de mediação das diferentes instituições de regulação de profissões de saúde no Brasil: itinerário jurídico-administrativo de criação de novas profissões de saúde e aperfeiçoamento da Câmara de

Regulação do Trabalho em Saúde/MS”, tem como dois de seus objetivos centrais identificar os caminhos institucionais que possibilitam a criação das novas profissões de saúde de ensino superior no Brasil, desde a sua origem até sua consolidação no cenário regulatório nacional e; Identificar e entender os conflitos judiciais envolvendo regulação de profissões de saúde no Brasil, por meio de pesquisa jurisprudencial em tribunais de todas as regiões do país.

Com a presidência pro-tempore do Paraguai no MERCOSUL decorreu na em Asunción, entre os dias 9 a 11 de abril a XLVIII Reunião Ordinária do SGT Nº 11 “Salud” / Comisión de Servicios de Atención a la Salud/Subcomisión de Desarrollo y Ejercicio Profesional”, com a presença de Delegações da Argentina, Brasil e Paraguai. Também foi realizada no dia 21 de março a 40ª Reunião do Fórum Permanente MERCOSUL e no dia 19 de junho a 41ª Reunião Ordinária do Fórum Permanente MERCOSUL para o Trabalho em Saúde – FPMTS com a participação de representantes do MS, Conselhos de Profissionais, Federações e entidades sindicais dos trabalhadores onde foram discutidos temas como a Estratégia Regional de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Saúde Universal OPAS 2017/2030; quadros Comparativos de Nível Técnico de Radiologia, Análises Clínicas e Enfermagem; Incorporação de Novas Profissões de Saúde; Termo de Compartilhamento de Dados da Matriz Mínima entre outros (<http://mercosul.navi.ifrn.edu.br/>) .

Ainda nesta agenda esta em desenvolvimento uma projeto com parceria entre a OPAS/Brasil, SGTES/MS e DMP/FMUSP intitulado “Modelos Regulatórios e Trânsito Internacional de Profissionais de Saúde: Regulação da Formação e do Exercício Profissional no MERCOSUL” que tem como três de seus objetivos centrais auxiliar os agentes envolvidos para que se estabeleça e se concretize uma Agenda de RH de Profissões de Saúde no Mercosul, identificando, a partir dos resultados do Projeto, quais seriam os principais temas a serem incluídos na agenda de regulação de profissões de saúde no Mercosul.

No que tange Programa de Inovação, foi dado apoio ao Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de referencial de Programa de Gestão da Inovação no SUS para a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES), cujo objetivo geral prevê o desenvolvimento de referencial de Programa de Gestão da Inovação no SUS capaz de direcionar e apoiar o planejamento, monitoramento e avaliação da inovação no SUS em diferentes níveis de governo.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Continua como um grande desafio para o segundo semestre deste ano, a necessidade de próximas ações no processo de trabalho da cooperação técnica, um maior contato entre as áreas técnicas, administrativas e financeiras com a finalidade de aprimorar os fluxos e procedimentos.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações realizadas dentro desse resultado esperado no primeiro semestre de 2018 compreendem as atividades estrategicamente pensadas e desenvolvidas para a consecução do objetivo de apoio à elaboração e implementação de políticas de Gestão do Trabalho na Saúde no Brasil.

Ressalta-se que o trabalho articulado com a direção e coordenações do DEGERTS/SGTES tem possibilitado a execução das ações e apoiar os seguintes indicadores: apoiar o processo de estruturação e funcionamento do Sistema Nacional de Negociação Permanente e da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS; apoiar Projetos de PCCS em sua formulação e implementação; apoiar estudos sobre dimensionamento da força de trabalho e perfis das profissões em saúde; apoiar em suas etapas de definição de estratégias, discussões técnico-políticas e aprovação legislativa o processo para o fortalecimento do papel do Estado no campo da Regulação do Trabalho e da Educação na Saúde e; apoiar a implementação de estaturas de gestão do trabalho e da educação na saúde secretarias estaduais e municipais de saúde.

No que tange as ações de gestão do trabalho estas contribuem para a prioridade do governo manifestada no Plano Nacional de Saúde 2016 a 2019 de “Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar”; e no Plano Pluri-anual (PPA) de 2016- 2019 de “Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho”. Igualmente, está em conformidade com o resultado intermediário esperado do Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2014-2019 de “Disponibilidade adequada de pessoal de saúde competente, culturalmente apropriado, bem regulamentado e distribuído, e tratado de maneira justa”.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 Apoio à elaboração e implementação de políticas de Gestão da Educação na Saúde .
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> * Número de instituições de ensino superior apoiadas para a reforma de graduação; * Número de projetos de reorientação da formação profissional em saúde apoiados; * Número de projetos do Pro e PET Saúde apoiados; * Número de cursos do Profaps apoiados; * Número de cursos de doutorado apoiados; * Número de cursos de mestrado apoiados; * Número de cursos de especialização apoiados; * Número de cursos de aperfeiçoamento apoiados; * Número de processo de produção de materiais didáticos voltados para a formação e capacitação de profissionais de saúde apoiados; * Número de projetos de capacitação profissional na saúde, em áreas de fronteira apoiados; * Número de estudos prospectivos na área da educação em saúde apoiados em sua realização.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	20
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	16

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Este resultado foi marcado por atividades que seguissem para o fortalecimento da gestão da educação na saúde. Apresentando como principal foco de atuação a educação interprofissional, formação médica para atender as novas diretrizes curriculares e integração ensino serviço.

Tendo a Educação Interprofissional como prioridade para a transformação do modelo de atenção à saúde, no marco da cooperação foram realizadas:

Levantamento de iniciativas de Educação Interprofissional no Brasil: Através da Fundação Faculdade de Medicina (FFM), vinculada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, realiza o levantamento das iniciativas de EIP existentes no Brasil. O levantamento, organizado sob a forma de investigação, desenvolvido em duas fases: a primeira um survey descritivo-exploratório com a finalidade de conhecer as condições e práticas correntes no que se refere ao objeto de estudo - iniciativas de EIP, com a finalidade de mapear as iniciativas existentes no cenário nacional, no âmbito das IES do país. Com essa atividade, pretende-se obter uma análise descritiva da EIP no Brasil, apontando o cenário para implantação e seus limites, potências, com caracterização de suas iniciativas por meio de seleção de variáveis relacionadas à organização acadêmica, organização administrativa, organização da matriz curricular, turno de funcionamento, disponibilidade do Projeto Pedagógico para consulta pública, caráter obrigatório ou eletivo da iniciativa de EIP, disciplinas/módulos/componentes curriculares de EIP ministrados, iniciativas de EIP como atividades de extensão, iniciativas de EIP como atividades de pesquisa, metodologias de ensino das iniciativas de EIP, metodologias de avaliação das iniciativas de EIP e participação da IES em políticas indutoras de EIP.

Desenvolvimento Docente para a EIP: O Núcleo de Estudos e Pesquisa em Recursos Humanos da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, por meio de seu Grupo de Pesquisa "Gestão e Educação em Saúde na

perspectiva Colaborativa Interprofissional” e Rede Brasileira de Educação e Trabalho Interprofissional em Saúde – ReBETIS, elaboraram o Curso de Atualização em Desenvolvimento Docente para a Educação Interprofissional em Saúde. A proposta formativa é destinada a professores e gestores dos cursos de graduação em saúde das Instituições de Ensino Superior do país e possui carga horária total de 80 horas, na modalidade à distância (EaD), com turmas de até 30 alunos sob a orientação de um tutor. O curso teve início em março de 2018, e terá duração de quatro meses. A oferta é de 300 vagas entre docentes e gestores dos cursos abrangendo todo território nacional.

Fortalecimento dos espaços de divulgação e produção do conhecimento em EIP: A revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação, por meio de estabelecimento de projeto com o Ministério da Saúde e OPAS/OMS, lançou edital para submissão de artigos sobre EIP e trabalho interprofissional em saúde no Brasil. A submissão de artigos foi realizada até 5 de novembro de 2017 e em breve será publicado o suplemento temático da revista. O objetivo da iniciativa é promover a produção técnico-científica e a análise dos processos relacionados à EIP e trabalho interprofissional em saúde

Identificação de experiências de práticas colaborativas e Interprofissionais no cotidiano do trabalho em saúde: Por meio do projeto “Círculos de Cultura sobre educação Interprofissional para o Sistema Único de Saúde”, firmado com a Associação Brasileira Rede Unida, foi possível realizar uma série de oficinas, reuniões técnicas e seminários nas cinco regiões do país, com a finalidade de ampliar as discussões sobre EIP e identificar experiências que apresentam interface com a abordagem. O projeto prevê ainda a realização do mapeamento das experiências de EIP nos serviços de saúde, a partir dos seminários, com a identificação das principais experiências e sistematização em um mapa. Além do mapeamento e dos seminários, a produção de livros e artigos sobre o tema da EIP também contempla o conjunto de ações do projeto, como o lançamento da chamada de manuscritos para o livro “A formação interprofissional no cotidiano: o que nos dizem as experiências locais?”, que recebeu 66 propostas. Os manuscritos tiveram origem em experiências de todas as regiões brasileiras e duas experiências internacionais e serão lançados em livros organizados pela Editora Rede Unida.

Em continuidade aos processos iniciados em 2017 para o desenvolvimento dos projetos que tratam do eixo formação do Programa Mais Médicos, no que diz respeito a abertura de novos cursos de medicina e a implementação das novas diretrizes curriculares nacionais, houve um avanço neste primeiro semestre/2018. Foram realizadas oficinas para elaboração dos instrumentos de coleta de dados sobre os novos cursos de medicina nas universidades federais. Até o mês de junho, 14 novas escolas de medicina foram visitadas para que o mapeamento dos avanços e desafios destas instituições possam ser avaliados, como também avaliar o desenvolvimento da dimensão Formação para os SUS no Programa Mais Médicos a partir das ações de expansão de vagas, da criação de novos cursos e da implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais em escolas médicas federais para qualificação do SUS.

O projeto “Produção e difusão do conhecimento científico sobre o desenvolvimento e expansão do ensino em saúde no Brasil” realizou este semestre, oficinas de artigo com os autores selecionados, avaliadores e editores da Revista Interface, objetivando qualificar a produção científica encontrada e selecionada para compor o suplemento da revista sobre o tema.

Aconteceu também a realização de ações dentro da lógica de Cooperação Técnica visando o fortalecimento de capacidades entre a SGTES (mais especificamente o DEGES e a CGPLAN), a OPAS e instituições parceiras com notório saber nas áreas específicas e/ou legitimidade social e científica atestadas. Dentre estas ações, destaca-se:

Apoio ao Projeto de Pesquisa para o ensino no Sistema Único de Saúde com ênfase na Atenção Primária – considerando o alinhamento do Brasil às diretrizes internacionais e linhas de base de construção de sistemas universais de saúde amparados por uma APS resolutive e estruturante, faz-se necessário investir recursos na qualificação técnica dos Recursos Humanos do SUS frente às demandas e necessidades natas ao contexto e à realidade onde os trabalhadores da APS estão inseridos. Este projeto de pesquisa, que conta com pesquisadores de reconhecida produção acadêmica e científica na área, tem o objetivo de produzir evidências e orientar rumos quanto a realidade do ensino no SUS voltada à APS;

Apoio ao Projeto de Formação de Capacidades em Saúde e sua relação com o Sistema Único de Saúde: estudos comparados sobre Atenção Primária à Saúde nos países das Américas – novamente dando foco à APS, em virtude da sua relevância notória nos sistemas de saúde, esta pesquisa visa contribuir substancialmente para analisar o cenário e os avanços conquistados na APS em países das Américas, sobretudo no que concerne à formação de capacidades em Saúde;

Apoio à realização da reunião anual do CONARES (Conselho Nacional de Representantes Estaduais), que pautou a temática do PROEPS-SUS (Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS e serviu para nortear os rumos da revisão da PNEPS (Política Nacional de Educação Permanente) junto a gestores municipais;

Apoio à realização do Seminário de Comunicação de Risco em Saúde, realizado na Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília, e contou com especialistas nacionais e internacionais para divulgar e fortalecer a agenda acerca do tema em questão;

Apoio à realização do I Curso de Economia da Saúde da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM) – evento que visou fortalecer a articulação do movimento estudantil da área de Medicina, com vistas a qualificar as discussões voltadas para o tema da Economia da Saúde;

Apoio ao Projeto de Educação em Saúde: Desenvolvimento de recursos humanos no ensino e nos serviços de saúde, projeto este que visa adensar a relação da formação, desde seus espaços clássicos e institucionais de ensino, até o educar nos serviços, pensando no desenvolvimento de RHS que estejam mais preparados para as demandas sociais;

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

As dificuldades ocorridas neste período foram referentes aos ajustes necessários dos projetos para atender as normas constantes no Instrutivo de Carta Acordo da OPAS e as normas das diversas instituições de naturezas jurídicas diferentes. Este processo requereu um maior contato entre as áreas técnicas e administrativas a fim de adequar os fluxos e procedimentos, aumentar a precisão na formulação dos instrumentos administrativos e obter a aprovação dos projetos. Ainda que se registrem tais contratemplos, os campos anteriores demonstram importantes avanços da cooperação técnica.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações executadas ou em execução dentro desse resultado esperado para o primeiro semestre de 2018 foram desenvolvidas diretamente com a equipe gestora da SGTES/MS e as diversas ações previstas no PTS foram planejadas para atender as metas constantes na matriz lógica do TC57, no Plano Nacional de Saúde e na Programação Anual de Saúde do governo brasileiro, bem como ao Plano Estratégico da OPAS/OMS 2014-2019.

Ressalta-se que o trabalho articulado com as direções e coordenações da SGTES tem possibilitado uma execução harmoniosa com os diversos parceiros responsáveis pela execução das ações planejadas.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 Fortalecimento da capacidade decisória dos gestores de Políticas de SGTES pela disponibilização de informações estratégicas.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> * Número de instituições técnico científicas apoiadas para a produção de conhecimentos no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde, e integradas em rede; * Número de Observatórios de RH apoiados em seus processos de estruturação e funcionamento; * Processo de unificação de sistemas de informação de SGTES em plataforma integrada a ser utilizada pela SGTES, apoiado em sua concepção e implantação; * Número de sistemas de monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos construídos e implantados; * Processo de implantação da Sala de Situação em SGTES como lócus para a sistematização de conhecimento gerados e análise de situação, a partir da qual são propostas políticas, programas e projetos de SGTES e monitorados e avaliados os resultados de sua implantação.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	3

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Este resultado esperado, buscou contribuir para integrar o conhecimento científico produzido a necessidade de fortalecer a capacidade de gestão da SGTES/MS. Contribuindo assim para o processo de formulação e implementação de políticas na gestão da educação em saúde e gestão do trabalho.

A dinâmica das agendas de elaboração de pesquisas e a formulação e implementação de políticas no campo da gestão da educação e trabalho em saúde, através do impulsionamento de tecnologias de informação e comunicação, tornando-se um importante recurso e ferramenta para contribuir com a capacidade decisória.

No primeiro semestre de 2018 este resultado concentrou nas atividades de monitoramento e avaliação aos estados, municípios e instituições de ensino para o desenvolvimento das ações referente as Políticas de Educação Permanente em Saúde e Educação Profissional Técnica em Saúde; dos Projetos INOVASUS, Telessaúde Brasil Redes e Portal Saúde Baseado em Evidências; da implementação do COAPES, do Plano de Ação da Educação Interprofissional; do Profsaúde; do Laboratório de Inovação Gestão da Educação; dos projetos de pesquisa da Rede ObservaRH, da Regulação do Trabalho e do Dimensionamento da Força de Trabalho em Saúde; bem como as ações de gestão da SGTES.

Também foi um semestre de apoio a participação no Congresso da Rede Unida, reuniões da Câmara técnica de regulação do trabalho e do GT Saúde do Mercosul, bem como oficinas de monitoramento das Residências Médicas.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Neste período não houve nenhuma dificuldade evidente para execução do RE 4

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Todas as ações desenvolvidas fortalecem a execução dos projetos que sustentam o cumprimento dos objetivos deste resultado e conseqüentemente do TC 57. Ressalta-se a importância do desenvolvimento deste resultado neste ano para o bom fechamento do termo de cooperação.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	5 Apoio ao fortalecimento da capacidade nacional para a cooperação internacional no campo da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	* Numero de grupos de trabalho apoiados; * Número de eventos internacionais apoiados; * Número de projetos de cooperação internacional apoiados.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	9
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	9

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS

Neste resultado, buscou-se, através cooperação internacional no campo do trabalho e gestão da educação, garantir maior sustentabilidade as intervenções e reforço da capacidade institucional, a partir do conhecimento de intervenções, experiências e estratégias transnacionais e globais, como também, acordos de blocos, no qual o Brasil faz parte. E assim, fortalecer com sustentabilidade internacional, subsidiando as ações locais.

E importante ressaltar a participação sistemática do Ministério de Saúde nos encontros para análises do Plano para implementação da Estratégia Regional de Recursos Humanos para a Saúde Universal no processo de sua aprovação a serem apresentado ao Conselho Directivo da OPAS em Setembro 2018.

As atividades aqui realizadas com foco ao fortalecimento da cooperação internacional no âmbito do trabalho e gestão da educação foram desenvolvidas em todo o marco do TC 57, e não apenas no RE5, entre as quais destacamos:

I SIRES (Seminário Internacional de Residências em Saúde), com 04 eixos temáticos: Integração ensino-serviço-comunidade; Trabalho e Educação Interprofissional; Planejamento e Gestão Financeira, e; Residências em regiões de difícil provimento, tiveram a participação de países com expertises nestes temas (Argentina, Peru, Espanha e África) <http://www.sires.com.br/>.

No marco da Resolução CSP.29.R15 (Estratégia de recursos humanos para o acesso universal à saúde e a cobertura Universal de saúde), a SGTES/MS, conjuntamente com a UTCHS/OPAS/BRA seguem trabalhando conjuntamente na agenda de trabalho nacional, mantendo trabalho colaborativo e convergente com a estratégia aprovada. Esta estratégia visa orientar a formulação de políticas nacionais de recursos humanos para a saúde, considerando que a disponibilidade, acessibilidade, relevância, relevância e competência do pessoal de saúde são fatores chave para alcançar a saúde universal e os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável <https://www.observatoriorh.org/node/907>

Em março deste ano ocorreu o "I Encontro Internacional de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde", objetivando dialogar com os gestores estaduais e municipais diretrizes que possam contribuir para o desenvolvimento das políticas nacionais de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde; fomentar as práticas de Inovação na Gestão do Trabalho; contribuir para o estabelecimento da Rede Interfederativa de Gestão do Trabalho em Saúde; discutir a

importância das práticas interprofissionais, da ampliação do escopo de práticas e dos conflitos de competência na área de saúde no Brasil e em outros países; discutir a Saúde e o Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030 e; divulgar as perspectivas da Gestão do Trabalho em Saúde na América do Sul. <https://mercosur.observatoriorh.org/pt-br/i-encontro-internacional-de-gestao-e-da-regulacao-do-trabalho-em-saude>

O Brasil também participou da XLVIII Reunião Ordinária do SGT Nº 11 “Salud” / Comisión de Servicios de Atención a la Salud/Subcomisión de Desarrollo y Ejercicio Profesional”,

Em março também aconteceu a 40ª Reunião do Fórum Permanente MERCOSUL e no dia 19 de junho a 41ª Reunião Ordinária do Fórum Permanente MERCOSUL para o Trabalho em Saúde – FPMTS, onde foram discutidos temas como a Estratégia Regional de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Saúde Universal OPAS 2017/2030; quadros Comparativos de Nível Técnico de Radiologia, Análises Clínicas e Enfermagem; Incorporação de Novas Profissões de Saúde; Termo de Compartilhamento de Dados da Matriz Mínima entre outros (<http://mercosul.navi.ifrn.edu.br/>) .

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Para esta ação não houve nenhuma dificuldade

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações aportam ao desenvolvimento dos resultados esperados, contidos na matriz lógica do TC 57, contribuindo assim para o fortalecimento e para a presença do país no contexto internacional. Mantendo um nível de diálogo que permita projetar as capacidades do brasileiras, no campo da gestão do trabalho e gestão da educação em saúde, na Região das Américas, em instâncias de integração UNASUR, MERCOSUR, como também eventos internacionais e de magnitude globais.

4.2 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	13	12	1	92%
2	17	17	0	100%
3	20	16	4	80%
4	4	3	1	75%
5	9	9	0	100%
Total:	63	57	6	89%

5. 2º SEMESTRE DE 2018

5.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 Apoio à elaboração e implementação de políticas integradas de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> * Número de projetos do Provac, apoiados em sua implementação; * Número de projetos de Residência Médica e Multiprofissional apoiados em sua elaboração e implementação; * Número de acordos firmados pelo Ministério da Saúde com as secretarias estaduais e municipais de saúde para desenvolvimento conjunto de estratégias de fixação de profissionais de saúde em áreas remotas e de difícil provimento e apoiados pelo TC; * Número de projetos de capacitação em EAD dirigidos para os profissionais do Provac, operados a partir do Sistema UNA*SUS apoiados; * Números núcleos do TELESSAÚDE, apoiados visando ampliar a atuação do Programa, como suporte de estratégia de fixação de profissionais em áreas de difícil provimento; * Processo de fixação de profissionais em áreas remotas e de difícil provimento apoiados. * Número de estudos na área de educação e trabalho apoiados em sua realização; * Número de projetos de regulação do trabalho na saúde, em regiões de fronteira apoiados;
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	3

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS:

Este resultado busca fortalecer as capacidades de gestão da SGTES/MS, buscando ações que contribuíssem para a elaboração e implementação de políticas integradas.

Uma das ações apontadas como prioridade institucional pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde, juntamente com Secretarias municipais e estaduais no campo dos Recursos Humanos em Saúde (RHS) para o ano 2018 foi a revisão da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Tal iniciativa foi desenvolvida em coordenação permanente com o CONASS e CONASEMS, OPAS e comunidade acadêmica, que acompanharam o processo capitaneado pelo Departamento de Gestão da Educação em Saúde do Ministério da Saúde (DEGES/MS) da realização de oficinas e atividades em todos os Estados ao longo do ano.

No dia 19 de novembro de 2018, em Brasília, o DEGES reuniu cerca de 120 pessoas de todos os Estados (representantes das secretarias e das escolas técnicas e de saúde pública), juntamente com membros do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), OPAS, e Instituições de Ensino Superior (IES) para alinhar os produtos oriundos das oficinas regionais (que tiveram início no ano de 2016) na Oficina Nacional para apresentação dos consensos e resultados do processo de atualização da PNEPS[1]. Este processo contou com o apoio técnico e acompanhamento da equipe do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) e culminou num relatório final que servirá de base para a reformulação da PNEPS.

Dentre exemplos de iniciativas e temas pautados na oficina pode-se mencionar: (1) o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS (PRO EPS-SUS) que visa apoiar os municípios e os estados, inclusive com repasse de recursos financeiros, para a execução de ações de Educação Permanente em Saúde nos territórios e formulação de planos estaduais de EPS; (2) os COAPES (Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde), que consiste em um dispositivo de contratualização entre as instituições de ensino e serviços de saúde, viabilizando atividades de EPS, e; (3) a incorporação de modelos educacionais inovadores como a Educação Interprofissional em Saúde (EIP) nas ações e programas de educação na saúde.

O 12º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) ocorreu entre os dias 26 a 29 de julho na sede da Fiocruz, no Rio de Janeiro. Nos dias 24 e 25 a entidade também organizou uma série de atividades no Pré-Congresso, que ocorreu na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Somados, os eventos contaram com a participação de quase 10 mil inscritos, sendo que na temática integrada entre Gestão do Trabalho e da Educação dá-se destaque ao II Simpósio Internacional sobre Trabalho e Educação na Saúde[2], organizado pelo Grupo Temático de Trabalho e Educação na Saúde da ABRASCO, em parceria com a SGTES/MS e Unidade Técnica de Capacidades Humanas para a Saúde da OPAS/OMS-BRA.

Ao todo, cerca de 300 pessoas participaram do evento, distribuídos entre gestores(as), trabalhadores(as), pesquisadores(as), estudantes, docentes e membros da sociedade civil organizada que se interessam e atuam na temática do Trabalho e da Educação na Saúde. A dinâmica foi estruturada em mesas temáticas e debates abertos, de forma a enfatizar temáticas realizadas à Educação em Saúde no primeiro dia e Trabalho em Saúde no segundo. O Simpósio prestou um papel importante não somente para atualização de estudos e pesquisas na área, como também para instrumentalizar os profissionais que atuam no campo de Recursos Humanos para a Saúde no Brasil e embasar o planejamento do Grupo Temático da ABRASCO.

Ainda como oficina pré-congresso, na ABRASCO, dia 25 de julho, por meio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (DEGES/SGTES/MS), com o apoio da Representação da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde no Brasil, foram apresentados os resultados do Laboratório de Inovação em Educação na Saúde com foco em Educação Permanente em Saúde (EPS). Ao longo de um ano, o Laboratório possibilitou a identificação de práticas que demonstraram a capacidade de operacionalizar o conceito de Educação Permanente em Saúde e tornou possível observar a materialização da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) no Sistema Único de Saúde (SUS), instituída há 14 anos. Foi uma excelente oportunidade para uma aproximação mais horizontal entre gestores(as), trabalhadores(as), profissionais da Saúde, estudantes e comunidade com o objetivo de discutir os desafios e compartilhar os avanços dos processos de EPS, essenciais para a resposta oportuna e resolutiva do setor às necessidades de saúde da população.

Durante todo o ano de 2017, foi organizado o LI, com atividades de planejamento da fase preparatória, que consistiu na seleção do tema, revisão bibliográfica e formação do grupo de trabalho; posteriormente seguiu-se para a fase operacional, com a avaliação das 251 experiências inscritas. Por último foi a fase dos resultados, com a sistematização, divulgação e produção de conhecimento das experiências selecionadas. Na cerimônia, as 15 experiências selecionadas recebem o Certificado de Reconhecimento de Experiência Inovadora no campo da Educação Permanente em Saúde e participam do lançamento da publicação que sistematizada cada uma das práticas. A iniciativa identificou e reconheceu 15 experiências inovadoras e exitosas que potencializam e articulam os elementos da EPS no território, investindo em processos que produzem mudanças na organização dos processos de trabalho e na qualificação de trabalhadores(as) e profissionais de saúde em todo o Brasil[3].

Em relação ao Prêmio INOVASUS 2015 - Gestão da Educação, neste segundo semestre, a UTCHS/OPAS juntamente com o DEGES realizou monitoramento constante junto às instituições executoras dos 33 projetos visando o encerramento dos mesmos dentro do prazo previsto atendendo os objetivos e resultados propostos.

[1] Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/sgtes/44720-oficina-nacional-para-apresentacao-dos-consensos-e-resultados-abriu-debate-sobre-avancos-e-desafios-da-pneps>

[2] Disponível em: <https://mercosur.observatoriorh.org/pt-br/2o-simposio-internacional-sobre-trabalho-e-educacao-na-saude>

[3] Disponível em <https://apsredes.org/lancamento-da-publicacao-com-os-resultados-laboratorio-de-inovacao-em-educacao-na-saude-com-enfase-na-educacao-permanente/>

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Um dos desafios para se atingir os objetivos do RE1 é justamente integrar ações nos temas de Trabalho e Educação na Saúde. Ao passo que a organização institucional para dentro dos órgãos gestores (secretarias municipais, estaduais e ministério) ocorre de maneira muito distinta e variada, a tendência é pela separação dos temas e, conseqüentemente uma fragmentação das ações. Esse desmembramento organizacional e operacional, no entanto, não é característica peculiar restrita à esfera da gestão, pois ela tende a se reproduzir da mesma forma no mundo acadêmico e do trabalho.

Por parte do Prêmio INOVASUS principalmente das instituições públicas vencedoras as dificuldades ocorridas foram para executar os recursos garantindo o cumprimento das suas legislações e as normas da OPAS.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

O Brasil enfrenta desafios relacionados à disponibilidade, distribuição e desempenho de sua força de trabalho em saúde, assim como na formação e prática profissional – uma das principais limitações para alcançar as metas de acesso à saúde universal. Ações como o II Simpósio Internacional sobre Trabalho e Educação na Saúde, realizado em julho de 2018 dentro da programação oficial do 12º Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) contribuem diretamente para o cumprimento de metas estabelecidas dentro do Resultado Esperado 1 (RE1), pois o mesmo se constituiu como um espaço intersetorial de formulação e embasamento para a execução de ações e políticas no campo de RHS e na Política de Gestão do Trabalho e da Educação como um todo. Ademais, considerando que a diversidade de inserções e origens do público presente, os temas trabalhados serviram para instrumentalizar gestores, trabalhadores, pesquisadores e a comunidade acadêmica de distintos locais do país.

O longo e inclusivo processo de revisão da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), cuja versão mais recente data de 2007, ou seja, já tem mais de dez anos de existência, também fora um marco no sentido de envolver gestores, formuladores e demais atores num processo de diálogo técnico e político de alto nível que serviu tanto para instruir, quanto para rever, revisar e atualizar o conteúdo da Política de forma a torna-la mais relevante. Isso contribuiu para fortalecer todas as secretarias no tema, induzindo, inclusive, a ações mais concretas de monitoramento e avaliação de políticas, por exemplo.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Apoio à elaboração e implementação de políticas de Gestão do Trabalho na Saúde.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> * Processo de estruturação e funcionamento do Sistema Nacional de Negociação Permanente e da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS apoiados; * Projeto Piloto do ProgeSus na modalidade EAD apoiado em sua concepção, implantação e avaliação; * Projeto da Políticas de Promoção da Saúde dos Trabalhadores do SUS concluídos e implantado; * Número de Projetos de PCCS apoiados em sua formulação e implementação; * Número de Projetos de Desprecarização do Trabalho no SUS, apoiados; * Laboratório de Inovação da Gestão do Trabalho no SUS apoiado em sua implantação; * Processo para o fortalecimento do papel do Estado no campo da Regulação do Trabalho e da Educação na Saúde, apoiado em suas etapas de definição de estratégias, discussões técnico*políticas e aprovação legislativa; * Número de secretarias estaduais e municipais de saúde apoiadas na implementação de estruturas de gestão do trabalho e da educação na saúde; * Número de estudos sobre dimensionamento da força de trabalho e perfis das profissões em saúde apoiados.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	11
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	11

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS:

Este resultado esperado tem como objetivo apoiar a elaboração e implantação de políticas de Gestão do Trabalho em Saúde. Nesta área o foco das ações executadas em parceria com o Ministério da Saúde (MS) no segundo semestre de 2018 voltou-se a atividades de apoio às ações da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (MNNP-SUS); projetos na área de Gestão do Trabalho; Apoiar a desprecarização do Trabalho em Saúde; InovaSUS; programa de sobre a Regulação do Trabalho na Saúde e; do MERCOSUL.

No âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde (MNNP-SUS) foram realizadas visitas às Mesas existentes no país para a coleta de dados, informações, entrevistas à informantes chaves (membros das bancadas e da Secretaria Executiva das Mesas) e recolha de documentos produzidos, fundamental para a realização de um diagnóstico dos fatores determinantes ao funcionamento das Mesas de Negociação, identificação das principais demandas, potencialidades e desafios de forma a subsidiar a operacionalização dos programas do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde (DEGERTS), da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGETS), Ministério da Saúde (MS). O MNNP-SUS é um espaço formal de negociação coletiva entre gestores públicos, prestadores de serviços privados da saúde e entidades sindicais nacionais representativas dos trabalhadores da saúde, que trata de questões relativas às relações e condições de trabalho. Foi criada e aprovada no pleno do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução nº 52, de 6 de maio de 1993.

No apoio aos projetos na área de Gestão do Trabalho em Saúde foram desenvolvidas ações para o fomento da tomada de decisão informada pela melhor evidência disponível trazida por resultados de aplicação de métodos para o dimensionamento da força de trabalho nos serviços de saúde (em 9 Secretarias Estaduais de Saúde e 10 Secretarias Municipais de Saúde na atenção básica e 9 nos serviços de emergência hospitalares e pré-hospitalar) e a área meio (início das ações para a disponibilização do método aos estados e municípios).

Ainda nesta área, com o objetivo de propor uma sistematização da documentação digital existente no DEGETS/SGTES/MS visando a identificação, organização e disseminação do conhecimento organizacional foi estabelecida uma cooperação técnica com a entidade Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO). Para tal, foi executado um levantamento de dados, informação e indicadores do DEGETS; uma análise e diagnóstico do material e por fim, apresentado uma proposta de organização e estruturação dos dados, informações e indicadores do DEGETS.

Também, foram realizadas diversas visitas técnicas com o intuito de apoiar ao desenvolvimento da gestão do trabalho em saúde nos estados e municípios. Entre as visitas realizadas objetivou o acompanhamento da execução da Portaria nº 2.517/2012, prorrogada pela Portaria 2.322/2018[1], no âmbito da agenda do trabalho decente (Planos de Carreira, desprecarização do trabalho em saúde, etc). Igualmente foi possível a colaboração na participação dos técnicos do DEGETS na abertura do Curso de Especialização de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde ofertado na modalidade EaD para os estados e municípios pelo Observatório de Recursos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)[2] em parceria com o DEGETS/SGTES/MS.

No campo da Agenda Nacional do Trabalho Decente foi realizada, em parceria entre DEGETS/SGTES/MS, OPAS e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico (DIEESE), em setembro em Brasília-DF a Oficina Nacional de Sistematização de Informações para Gestão do Trabalho em Saúde. Esta oficina foi executada no contexto de finalização do projeto que teve por objetivo apoiar o fortalecimento da gestão do trabalho nos níveis estaduais, por meio da ampliação das iniciativas de geração de dados e informações sobre a força de trabalho do setor da saúde. Este trabalho contou com a participação dos 26 estados e o Distrito Federal e veio a incorporar a colaboração do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), posicionando o trabalho técnico desenvolvido à uma instância política nacional.

Na agenda de regulação do trabalho em saúde, situasse a Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde (CRTS), foi realizada em 19 de setembro de 2018 a 41ª Reunião da CRTS e em 23 de novembro a 42ª Reunião. Entre os principais pontos da pauta esteve a construção da Nota Técnica sobre o tema Ensino à Distância e a apresentação das atividades desenvolvidas e os resultados alcançados em um projeto realizado em cooperação entre o DEGETS/SGTES/MS, o Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA/USP) e a OPAS. O projeto apresentado na CRTS - intitulado “Arranjos institucionais de mediação das diferentes instituições de regulação de profissões de saúde no Brasil: itinerário jurídico-administrativo de criação de novas profissões de saúde e aperfeiçoamento da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde/MS”, teve entre seus objetivos centrais identificar os caminhos institucionais que possibilitam a criação das novas profissões de saúde de ensino superior no Brasil, desde a sua origem até sua consolidação no cenário regulatório nacional e; identificar e entender os conflitos judiciais envolvendo regulação de profissões de saúde no Brasil, por meio de pesquisa jurisprudencial em tribunais de todas as regiões do país. A CRTS é uma ação importante para a mediação de conflitos existentes entre os conselhos profissionais de saúde, foi criada por meio da Portaria GM/MS nº 827, de 5 de maio de 2004 e alterada pela Portaria GM/MS nº 174, de 27 de janeiro de 2006.

Na mesma cooperação (DEGETS/SGTES/MS, CEPEDISA/USP e OPAS) finalizou-se o projeto “Modelos Regulatórios e Trânsito Internacional de Profissionais de Saúde: Regulação da Formação e do Exercício Profissional no MERCOSUL” que teve como três de seus objetivos centrais contribuir para o desenvolvimento do SGT 11 do Mercosul por meio de organização de dados e informações e por meio de análises amplas e críticas sobre a regulação de profissões de saúde nos países do Bloco; auxiliar os agentes envolvidos para que se estabeleça e se concretize uma Agenda de RH de Profissões de Saúde no Mercosul, identificando, a partir dos resultados do Projeto, quais seriam os principais temas a serem incluídos na agenda de regulação de profissões de saúde no Mercosul e; contribuir, por meio de estudos comparados do modelo regulatório da União Europeia com as reflexões sobre os possíveis caminhos regulatórios para o Bloco e para os países do Bloco.

No âmbito destes projetos decorreu nos 23 e 24 de julho em São Paulo o Workshop Internacional de Pesquisa: Direito à saúde e regulação da força de trabalho em saúde em perspectiva comparada[3]. Tanto o projeto como as discussões deram origem a artigos sobre regulação de profissões de saúde - publicados na edição volume 19, número 2 e volume 19, número 3 (previsão de publicação para o primeiro trimestre de 2019) da Revista de Direito Sanitário[4] e; outros produtos[5].

Nesta mesma área foram fomentadas/instigadas discussões entre atores como MS, Ministério da Educação (MEC), CONASS, Conselho Nacional entre Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e instituições de assistência, ensino e pesquisa para identificação de necessidades e estratégias para garantir o acesso da população aos serviços de saúde com universalidade, equidade e integralidade identificadas no país. As discussões foram promovidas por meio das apresentações nos dias 10[6] e 22 de outubro[7] de estratégias identificadas em municípios para ampliar o acesso e resultados de cartas acordo na área de gestão do trabalho em saúde (executadas em cooperação entre UCHS/OPAS, DEGERETS/SGTES/MS e instituições ensino e pesquisa).

Com a presidência pro-tempore do Uruguai no MERCOSUL foi realizada no dia 25 de setembro a 42ª Reunião Ordinária do Fórum Permanente MERCOSUL para o Trabalho em Saúde – FPMTS com a participação de representantes do MS, Conselhos de Profissionais, Federações e entidades sindicais dos trabalhadores. Entre os pontos de pauta esteve a apresentação da Matriz Comparativa da especialidade médica de cardiologia a ser encaminhada para reconhecimento no MERCOSUL e o início da discussão para a inclusão de novas profissões de saúde – Bacharel de Educação Física e Serviço Social – com as Matrizes Comparativas de formação, elaboradas nos Grupos de Trabalho.

[1] Portaria 2.322/2018 http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/37594744/do1-2018-08-21-portaria-n-2-322-de-2-de-agosto-de-2018-37594458

[2] <http://www.observatoriorh.ufrn.br/>

[3] Mais informações em <https://mercosur.observatoriorh.org/pt-br/seminario-internacional-direito-saude-e-regulacao-da-forca-de-trabalho-em-saude-em-perspectiva>

[4] Edição volume 19, número 2 Tema em Debate, Revista de Direito Sanitário <http://www.revistas.usp.br/rdisan/issue/view/10894>

[5] Produtos dos projetos da cooperação entre DEGERTS/SGTES/MS, CEPEDISA/USP e OPAS estão disponíveis em: <http://cepedisa.org.br/pt/home-3/?projeto-opas>

[6] Encontro realizado no dia 10 de outubro em Brasília - “Acesso e qualidade a cuidados e serviços de saúde: desafios para a gestão dos recursos humanos em saúde” - acesso em <https://apsredes.org/ampliacao-do-escopo-de-praticas-na-aps-e-regulacao-da-profissoes/>

[7] Encontro realizado no dia 22 de outubro em Brasília - “Acesso e qualidade a cuidados e serviços de saúde: desafios para a gestão dos Recursos Humanos em Saúde” disponível em <https://apsredes.org/tendencias-e-dilemas-para-formacao-medica-no-brasil-apos-pmm/>

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Devido a características locais e de governança, principalmente na área regulação do trabalho em saúde e do fortalecimento da gestão do trabalho nos estados e municípios, existe uma necessidade de criar espaços para promover uma maior interação entre os atores, apropriação de evidências (resultados de pesquisas e dados disponíveis sobre a força de trabalho em saúde) e uniformização da informação.

Essas dificuldades foram observadas e serão consideradas futuramente a fim de evitar contratempos em estabelecer parcerias com novas instituições. Ainda que se registrem tais contratempos, os campos anteriores demonstram importantes avanços da cooperação técnica.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Ressalta-se que o trabalho articulado dentro desse resultado esperado no segundo semestre de 2018 com a direção e coordenações do DEGERTS/SGTES, por meio das ações pensadas e desenvolvidas para apoiar à elaboração e implementação de políticas de Gestão do Trabalho na Saúde, tem possibilitado a execução das ações e apoiar os seguintes indicadores: apoiar o processo de estruturação e funcionamento do Sistema Nacional de Negociação Permanente e da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS; apoiar Projetos de Planos de Carreira Cargos e Salários (PCCS) em sua formulação e implementação; apoiar estudos sobre dimensionamento da força de trabalho e perfis das profissões em saúde; apoiar em suas etapas de definição de estratégias, discussões técnico-políticas e aprovação legislativa o processo para o fortalecimento do papel do Estado no campo da Regulação do Trabalho e da Educação na Saúde e; apoiar a implementação de estaturas de gestão do trabalho e da educação na saúde secretarias estaduais e municipais de saúde.

No que tange as ações de gestão do trabalho estas contribuem para a prioridade do governo manifestada no Plano Nacional de Saúde 2016 a 2019 de “Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar”; e no Plano Pluri-anual (PPA) de 2016- 2019 de “Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho”. Igualmente, está em conformidade com o resultado intermediário esperado do Plano Estratégico da Organização Pan-Americana da Saúde 2014-2019 de “Disponibilidade adequada de pessoal de saúde competente, culturalmente apropriado, bem regulamentado e distribuído, e tratado de

maneira justa”.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 Apoio à elaboração e implementação de políticas de Gestão da Educação na Saúde .
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> * Número de instituições de ensino superior apoiadas para a reforma de graduação; * Número de projetos de reorientação da formação profissional em saúde apoiados; * Número de projetos do Pro e PET Saúde apoiados; * Número de cursos do Profaps apoiados; * Número de cursos de doutorado apoiados; * Número de cursos de mestrado apoiados; * Número de cursos de especialização apoiados; * Número de cursos de aperfeiçoamento apoiados; * Número de processo de produção de materiais didáticos voltados para a formação e capacitação de profissionais de saúde apoiados; * Número de projetos de capacitação profissional na saúde, em áreas de fronteira apoiados; * Número de estudos prospectivos na área da educação em saúde apoiados em sua realização.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	8
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	7

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS:

Neste resultado, foram realizadas atividades que buscaram fortalecer a gestão da educação na saúde. Apresentando como principais áreas de atuação: a educação interprofissional, formação médica para atender as novas diretrizes curriculares e integração ensino serviço.

Em referência à ação Apoiar a pactuação de termos sobre preceptoría e supervisão no âmbito da Educação dos profissionais do SUS, o Departamento de Gestão da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (DEGES/MS) junto com à Associação Brasileira de Ensino em Medicina (ABEM) planejaram, conduziram e organizaram uma atividade em formato de oficina que juntasse especialistas de ensino na área de saúde, no intuito de elaborar um material de referência que rumasse para o alinhamento de terminologias frequentes nas publicações da área de educação e ensino e saúde e que, por várias vezes, são utilizadas de maneiras distintas, gerando desentendimentos e confusões acerca do tópico abordado. A Oficina de Trabalho para Pactuação de Termos sobre preceptoría e supervisão no âmbito da educação dos profissionais de saúde [1] ocorreu nos dias 15 e 16 de outubro de 2018 e contou com a participação de 80 pessoas de todas as regiões do Brasil, provenientes de Instituições de Ensino Superior (IES), Escolas de Saúde Pública e Secretarias de Saúde. Como resultado, a ABEM, contando com especialistas de outras profissões para além da Medicina, se comprometeu em sistematizar o produto que continha os descritos conclusivos da oficina, frente às terminologias debatidas e pontuadas acima. Este documento, está em elaboração.

Durante o mês de outubro a Unidade Técnica de Capacidades Humanas em Saúde OPAS Brasil, em coordenação com o Ministério da Saúde/ SGTES, desenvolveu três reuniões técnicas sobre o tema Educação e prática profissional em saúde no Brasil: Desafios para a sustentabilidade do SUS, onde foram apresentados produtos de cartas acordos

realizadas.

O objetivo das sessões foi apresentar uma análise do contexto, marco regulatório e evolução da formação e da prática profissional em saúde no Brasil, abrangendo inclusive o componente II do Programa Mais Médicos (PMM), com a finalidade de identificar os cursos de ação que podem ser impulsionados a partir de 2019. Estiveram presentes delegados das três diretorias da Secretaria da Gestão do Trabalho e Educação da SGTES/MS (DEGES, DEGERTS, DEPREPS), parceiros estratégicos CONASS, CONASEMS, foram convidados o MEC e o Conselho Nacional de Saúde, assim como pesquisadores e palestrantes de várias Universidades do país e responsáveis de pesquisas promovidas pela (SGTES). Foram convidadas também todas as unidades técnicas da OPAS Brasil.

A intenção geral das reuniões foi promover um espaço sistemático de diálogo que facilite um olhar integral do campo de recursos humanos em saúde, de conta da sua complexidade e estado de situação, permita um análise estratégico e informação para gerar sinergias na política pública de saúde. Os temas debatidos nos 03 dias foram: Acesso e qualidade a cuidados e serviços de saúde: desafios para a gestão dos recursos humanos em saúde (RHS), Transformação da educação Médica: Escolas com novas diretrizes curriculares evolução e desafios e tendências e dilemas na formação médicas após o PMM[2].

Em 2016 o DEGES/MS iniciou uma série de atividades que dariam suporte à revisão da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Essas atividades estavam concentradas, basicamente na articulação técnica e política de atores envolvidos na pauta, espalhados por todo o território nacional e com diferentes inserções profissionais (gestões municipal e estadual, academia, trabalhadores e sociedade civil). Esta articulação seguiu curso em 2018, tendo a equipe do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) como condutora técnica do processo. Essa equipe ficou responsável por organizar a metodologia de trabalho e sistematizar as contribuições oriundas das Oficinas Regionais que foram executadas desde 2016[3], de modo que esses produtos foram levados à Oficina Nacional justamente para sistematizar um documento final que teve como objetivo e referência maior a reformulação da PNEPS (cuja última versão data do ano de 2007). Todas as regiões do país conseguiram gerar um produto sobre a PNEPS, estas foram sistematizadas com coordenação da equipe da UFBA e submetidas à aprovação na Oficina Nacional, realizada em novembro de 2018, em Brasília.

A PNEPS foi também pauta debatida na reunião da Comissão de Coordenação das Escolas Técnicas do SUS, organizada pelo DEGES/MS e pela RETSUS e ocorrida em Brasília no dia 27 de novembro de 2018. Além de debaterem a PNEPS a partir do olhar de quem está responsável por ordenar a formação técnica no SUS, a Comissão debateu temas específicos à organização das próprias escolas, com regimento interno, definição dos membros da comissão e estratégias para o fortalecimento da Rede e de enfrentamento aos desafios impostos, além de discutirem os rumos do Projeto Itinerários do Saber [4].

No que compete às ações relacionadas à Interprofissionalidade, em particular à Educação Interprofissional, dois eventos apoiados pela OPAS (ambos ocorridos em Brasília) foram de considerável relevância para o estímulo da pauta e avanço dos trabalhos na temática. O primeiro deles, o IV Colóquio Internacional de Educação e Trabalho Interprofissional em Saúde[5] fora realizado no campus de Ceilândia da Universidade de Brasília nos dias 28 a 30 de novembro de 2018 e contou com a presença de cerca de 200 participantes entre estudantes, trabalhadores da saúde, docentes e pesquisadores, além de convidados nacionais e internacionais da Rede Brasileira de Educação Interprofissional em Saúde (REBETIS). Os Colóquios Internacionais da REBETIS (iniciados em 2015) consistem em um importante espaço para intercâmbio entre pesquisadores nacionais e internacionais e para a socialização das experiências em desenvolvimento no Brasil e no exterior no tema da EIP. A partir deles a REBETIS tem podido dialogar com instituições, organizações e demais redes nacionais, assim como com instituições e organismos internacionais, e se consolidar como instância estratégica para a produção de novos conhecimentos na temática no Brasil. A realização do Colóquio contribuiu para: estabelecer uma agenda integrada entre instituições de saúde e de educação para a incorporação da educação e do trabalho interprofissional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); para fortalecer o diálogo entre pesquisadores e profissionais de saúde na busca de maior articulação entre a formação e o trabalho em saúde; para possibilitar a ampliação da participação e a agregação de grupos de pesquisa, instituições formadoras e a rede de serviços no debate vigoroso sobre mudanças no modelo de atenção e nos processos formativos de novos profissionais de saúde, e; para ampliar espaços de intercâmbio de experiências nacionais e internacionais que contribuam para dar maior visibilidade às políticas, projetos e ações em desenvolvimento no Brasil e no exterior que tenham como foco a educação e o trabalho interprofissional em saúde.

Ainda na temática da Educação Interprofissional (EIP) e da Interprofissionalidade como um todo (tendo em vista a ênfase na indissociabilidade da educação com o trabalho interprofissional), dando sequência ao compromisso firmado pelo Ministério da Saúde do Brasil na reunião técnica “Interprofessional Education in Healthcare: Improving Human Resource Capacity to Achieve Universal Health”, ocorrida em Bogotá (Colômbia) em 2016, nos dias 26 e 27 de novembro de 2018 no Hotel Quality (Brasília), ocorreu a Oficina com os Coordenadores dos Projetos do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-SAÚDE Interprofissionalidade)[6]. Esta oficina acontece alinhada a uma agenda formada a partir da elaboração de um Plano de Ação para a Implementação da EIP, como parte dos acordos

estabelecidos entre os países participantes da reunião técnica supracitada, além da proposta da constituição de uma Rede Regional de Educação Interprofissional. A oficina, que consiste em uma das dez atividades pactuadas pelo Ministério da Saúde, reuniu os coordenadores dos programas aprovados no Edital lançado em agosto do mesmo ano e teve por objetivo principal apresentar e discutir a proposta de monitoramento e avaliação dos projetos selecionados, bem como aprimorar os planos de trabalho apresentados ao Ministério da Saúde, selecionados a partir do supracitado edital. Ao todo, cerca de 150 participantes debateram em dois dias a proposta de acompanhamento dos projetos junto a técnicos do ministério, referências acadêmicas no tema e entidades parceiras como a OPAS e representantes indicados pelas secretarias de saúde. Como resultado final obteve-se um relatório que subsidiará a intervenção da equipe técnica do DEGES/MS, assessorada por instituições acadêmicas parceiras à iniciativa do PET-Saúde no tema da Interprofissionalidade, a acompanhar, monitorar, estimular e divulgar os resultados do Programa, de forma a contribuir para o fomento da agenda no Brasil, segundo os princípios e acordos estabelecidos com a REBETIS e com a OPAS.

Este segundo semestre também foi marcado pelo processo de encerramento dos projetos iniciados em 2017 para o desenvolvimento do eixo formação do Programa Mais Médicos, no que diz respeito a abertura de novos cursos de medicina e a implementação das novas diretrizes curriculares nacionais. Foram visitadas 26 escolas das 30 novas criadas a partir do Programa Mais Médicos. As visitas in loco trouxeram muita riqueza aos dados levantados nos PPC e recuperou a disposição das comunidades locais discutirem seus fazeres em contraste com as ideias força do PMM contidas nas DCN. Tornou mais clara a necessidade de organização das forças que atuam no cenário da escola e dos serviços de saúde para que, juntas, construam uma rede de atenção à saúde humanizada, resoluta, integral em regiões remotas trazendo à tona o significado do argumento da inserção regional, os desafios da educação e do trabalho interprofissional, a necessária articulação teoria-prática, a potência ainda não explorada dos COAPES, que associados às mudanças curriculares em curso e a propalada incorporação dos métodos ativos de ensino poderão contribuir para um curso de Medicina substantivamente novo e com pertinência social. O estudo produziu uma base de dados muito densa que possibilitará a realização de muitas pesquisas que ajudarão a clarear os desafios, dilemas, contradições da implementação de mudanças curriculares num momento histórico de reafirmação do SUS como ordenador da formação dos profissionais da saúde.

O projeto “Produção e difusão do conhecimento científico sobre o desenvolvimento e expansão do ensino em saúde no Brasil” encerrou avaliação e revisão dos artigos selecionados para o Suplemento da Revista Interface e será publicado em fevereiro 2019.

No mês de dezembro aconteceu a Reunião técnica com as novas escolas médicas: Inovações para a qualificação do ensino médico no país. Os objetivos deste encontro foram: Conhecer as tendências da educação em saúde na região e no mundo, desafios e avanços e identificar eixos analíticos como referências de mudança e sustentabilidade para a relevância e qualidade da educação médica no Brasil; Apresentar o panorama de abertura de novas escolas médicas no país, o impacto para melhoria do acesso à saúde no país e o compromisso que as IES deverão ter com ensino voltado para a AB; Discutir os principais sistemas de avaliação das escolas médicas; Compartilhar experiências e iniciativas que possam auxiliar as escolas no processo de fortalecimento do ensino médico; Apresentação de experiências de escolas médicas que apresentam iniciativas inovadoras na formação médica, com enfoque na Atenção Básica, atendendo às DCN e apresentação dos resultados do instrumento preenchido pelas Escolas Médicas. Discussão e elaboração de produto final com indicativos de ações voltadas para fortalecimento do ensino no país, compartilhamento de experiências, apoio institucional. Esta reunião teve a participação das novas escolas médicas do país, Ministério da Educação, entidades médicas e OPAS\OMS[7].

Em parceria com a ABEN (Associação Brasileira de Enfermagem) foi desenvolvido um projeto com o objetivo de discutir e sistematizar as diretrizes conceituais e operacionais voltadas à identificação de boas práticas de enfermagem visando contribuir para a ampliação do acesso e resolutividade na atenção básica. Assim este projeto desenvolveu as seguintes atividades: Buscou conhecer e analisar experiências exitosas de práticas de enfermagem na Atenção Básica desenvolvidas por profissionais nas diferentes regiões geoeconômicas do Brasil; Sistematizou um conceito e marcadores de boas práticas de enfermagem na atenção básica; Sistematizou um conteúdo específico para intervenção no conhecimento dos profissionais sobre a abrangência do conceito de Boas Práticas de Enfermagem na Atenção Básica e Elaborou e conduziu uma Oficina de Trabalho com o desenvolvimento de conteúdos que permitiram a capacitação dos profissionais de maneira a incentivar o seu empoderamento e criticidade em relação às Boas Práticas de Enfermagem no contexto da Atenção Básica de Saúde.

[1] Documento disponível em: <http://abem-educmed.org.br/wp-content/uploads/2018/11/DOCUMENTO-PRELIMINAR-PARA-CONSULTA-P-C3%9ABLICA-PACTUA-C3%87-C3%83O-DE-TERMOS.pdf>

[2] Disponível em: <https://apsredes.org/recursos-humanos-em-saude/>

[3] As oficinas aconteceram em todos os Estados da federação brasileira, mas a sistematização para a Oficina Nacional ocorreu em abrangência regional.

[4] O Projeto Itinerários do Saber tem como objetivo promover o desenvolvimento de estratégias para a qualificação dos profissionais de saúde de nível médio/técnico, visando o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Para isso, as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) são responsáveis por ofertar cursos com o apoio gerencial do projeto de acordo com as demandas de cada uma das cinco regiões do país.

[5] Disponível em: <https://www.even3.com.br/4cietis>

[6] Disponível em: <https://www.educacioninterprofesional.org/pt/brasil-oficializa-o-inicio-das-atividades-do-programa-pet-saudeinterprofissionalidade>

[7] Disponível em : <https://mercosur.observatoriorh.org/pt-br/node/103>

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Considerando a magnitude de se realizar uma agenda inclusiva em todo o extenso território continental com a participação ativa e protagonista de atores em todos os Estados brasileiros e com distintas inserções profissionais, a agenda de revisão da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) pode se considerar uma ação potente e exitosa do trabalho desenvolvido neste período. Tendo em vista que a agenda propriamente dita fora disparada em 2016, foram quase dois anos de costuras, articulações, pactuações e trabalhos para culminar no relatório final, a ser finalizado pela equipe do DEGES/MS, juntamente com a equipe técnica do ISC/UFBA.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Todas as ações desenvolvidas fortalecem a execução dos projetos que sustentam o cumprimento dos objetivos deste resultado e conseqüentemente do TC 57. Ressalta-se a importância do desenvolvimento deste resultado neste ano para o bom fechamento do termo de cooperação.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 Fortalecimento da capacidade decisória dos gestores de Políticas de SGTES pela disponibilização de informações estratégicas.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	<ul style="list-style-type: none"> *Número de instituições técnico científicas apoiadas para a produção de conhecimentos no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde, e integradas em rede; * Número de Observatórios de RH apoiados em seus processos de estruturação e funcionamento; * Processo de unificação de sistemas de informação de SGTES em plataforma integrada a ser utilizada pela SGTES, apoiado em sua concepção e implantação; * Número de sistemas de monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos construídos e implantados; * Processo de implantação da Sala de Situação em SGTES como lócus para a sistematização de conhecimento gerados e análise de situação, a partir da qual são propostas políticas, programas e projetos de SGTES e monitorados e avaliados os resultados de sua implantação.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS:

Este resultado esperado, buscou contribuir para integrar o conhecimento científico produzido a necessidade de fortalecer a capacidade de gestão da SGTES/MS. Contribuindo assim para o processo de formulação e implementação de políticas na gestão da educação em saúde e gestão do trabalho.

Durante todo o semestre, foram realizadas discussões técnicas que buscaram conhecer como ampliar a capacidade de resposta às necessidades de saúde para se atender a saúde da população, sempre com foco na atenção primária em saúde. Os objetivos foram: refletir sobre os conceitos de Ampliação de Escopos de Prática em saúde e Prática Avançada de Enfermagem no âmbito da Atenção Primária à Saúde no Brasil e Conhecer e discutir experiências exitosas de ampliação da qualidade do cuidado de enfermagem nos serviços de saúde com foco na Atenção Primária à Saúde. Esta discussão se deu com participação de atores-chaves: representantes do Ministério da Saúde- SGTES e SAS, Ministério da Educação, Associação Brasileira de Enfermagem-ABEn, Conselho Federal de Enfermagem- Cofen, Comissão de Práticas Avançadas do Cofen, professores da Escola Andaluza de Saúde Pública de Granada e representantes de municípios e ou estados que possuem experiências exitosas sobre o tema[1].

Foram realizados nos dias 7 a 9 de novembro de 2018 o I Seminário Internacional de Pesquisa Clínica e I Jornada Nacional de Governança da Rede Ebserh que reúne superintendentes, gestores participantes do Brasil e França. Teve por objetivo: promover espaço de intercâmbio interinstitucional; compartilhar avanços na implementação das ações das diversas áreas da Empresa e experiências exitosas desenvolvidas na Rede Ebserh; conhecer processos de gestão interna e elementos estruturantes de centros de pesquisa franceses; trocar experiências entre instituições de pesquisa, órgãos fomentadores e reguladores; e fomentar a agenda de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde no âmbito da Rede Ebserh.

No campo da gestão do conhecimento foi desenvolvido um projeto em colaboração com a SGTES/DEGETRS/MS, BIREME, Observatório Regional de RHS e os escritórios Sub-regionais de Centro América e América do Sul da OPAS/OMS tendo como resultados alcançados para este ano: criação de um Repositório Digital dedicado a produção científica e técnica em RHS e considerando (com aproximadamente 150 mil documentos); a ampliação do registro da literatura não convencional da área de RHS na América Latina e no Caribe (dos 10 mil documentos aproximadamente

1800 títulos são classificados como literatura gris) e ; a realização de estudos infometricos da produção científica e técnica na área de RHS consequentes a década dos RHS (1998-2017 considerando o período de 1998 a 2017 o número de documentos somente na base LILACS é superior a 10 mil)[2].

[1] Disponível em : <https://apsredes.org/opas-promove-oficina-de-praticas-avancadas-no-21o-cbcenf/> e <https://apsredes.org/enfermeiros-ampliam-campo-de-atuacao-e-tornam-mais-efetivo-o-direito-saude-na-andaluzia/>

[2] Disponível em: <https://www.observatoriorh.org/gdcrhs>

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Neste período não houve nenhuma dificuldade evidente para execução do RE 4

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Ressalta-se que o trabalho articulado com as direções e coordenações da SGTES/MS tem possibilitado uma execução harmoniosa com os diversos parceiros responsáveis pela execução das ações planejadas.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (COM BASE NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO SEMESTRAL)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	5 Apoio ao fortalecimento da capacidade nacional para a cooperação internacional no campo da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	* Numero de grupos de trabalho apoiados; * Número de eventos internacionais apoiados; * Número de projetos de cooperação internacional apoiados.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	*Metas não definidas na matriz lógica, pensada no ano de 2007. Ajuste da Matriz não se considera viável dado a data de término desse TC, datado de dezembro de 2018).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Semestral (PTS)	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTS:	0
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTS:	0

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTS:

Através da cooperação internacional no campo do trabalho e da educação, buscou-se garantir maior sustentabilidade as intervenções e capacidade institucional, a partir do conhecimento de experiências, intervenções e estratégias globais.

Importante ressaltar a participação da SGTES e Assessoria Internacional do Ministério da Saúde na discussão do Plano de Ação da Estratégia Regional de Recursos Humanos para a Saúde Universal.

Neste resultado ocorreram atividades transversais, descritas nos resultados anteriores. Todas as atividades realizadas com foco ao fortalecimento da cooperação internacional no âmbito do trabalho e gestão da educação foram desenvolvidas em todo o marco do TC 57.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Para esta ação especificamente não houve dificuldade. Como as ações foram realizadas dentro dos outros resultados do TC, elas estão especificadas de acordo com cada ação.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTS com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

As ações aportam ao desenvolvimento dos resultados esperados, contidos na matriz lógica do TC 57, contribuindo assim para o fortalecimento e para a presença do país no contexto internacional. Mantendo um nível de diálogo que permita projetar as capacidades do brasileiras, no campo da gestão do trabalho e gestão da educação em saúde, na Região das Américas, em instâncias de integração UNASUR, MERCOSUR, como também eventos internacionais e de magnitude globais.

5.2 RESUMO SEMESTRAL: 2º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	3	3	0	100%
2	11	11	0	100%
3	8	7	1	88%
4	4	4	0	100%
5	0	0	0	0%
Total:	26	25	1	77%

6. RESUMO ANUAL

6.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho semestral)

1) Situação do progresso das ações programadas, finalizadas com relação ao PTS

Avaliação geral das ações programadas no ano			
Situação do projeto	1º semestre de 2018	2º semestre de 2018	Anual 2018
Nº total de RE com ações programadas no período	5	5	5/5
Nº total de ações programadas	63	26	89
Nº total de ações finalizadas	57	25	82

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1/1	16	15	1	96%
2/2	28	28	0	100%
3/3	28	23	5	84%
4/4	8	7	1	87%
5/5	9	9	0	50%
Total:	89	82	7	83%

6.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

O Termo de Cooperação nº 57 tem contribuído com o cumprimento de diversas diretrizes do Plano Nacional de Saúde 2016-2019 (PNS), bem como para com os pontos previstos no Plano Estratégico da OPAS 2014-2019 (PE) de forma direta e indireta. Nos comentários abaixo de cada resultado esperado faz-se uma reflexão específica sobre a contribuição desse resultado com cada ponto do planejamento do país bem como da OPAS. Abaixo segue a lista na íntegra da abrangência dos temas planejados e contemplados nas ações previstas no PTS do primeiro semestre de 2018 e que estão em direta concordância com a Matriz Lógica do TC 57.

Em relação ao PNS, o objetivo ao que a SGTES está relacionado é o de número 10: Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a despreciação e a democratização das relações de trabalho. As metas desse objetivo são:

- Reorientação da formação profissional na graduação em saúde de acordo com as necessidades do SUS e diretrizes curriculares nacionais;
- Ampliação das residências em saúde em especialidades estratégicas do SUS, buscando superar as desigualdades regionais;
- Ampliação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas do SUS;
- Ampliação dos mecanismos de institucionalização que viabilizem a maior integração entre instituições de ensino, serviços de saúde e comunidade;
- Aprimoramento dos mecanismos de identificação e tratamento das demandas de qualificação dos trabalhadores do SUS e das necessidades de modificação dos processos de trabalho, em todas as instâncias do SUS;
- Fomento à ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à qualificação em serviço;
- Fomento à instituição de mecanismos de negociação entre gestores e trabalhadores da saúde em âmbitos local e regional;
- Consolidação do Sistema Nacional de Negociação permanente do SUS, por meio de mesas de negociação permanente;
- Criação de mecanismos para alocação de profissionais de saúde em áreas/regiões com dificuldade de provimento;
- Articulação com legislativo federal, trabalhadores e gestores do SUS para regulação do trabalho em saúde;
- Incentivo à adoção das diretrizes nacionais do PCCS/SUS como forma de inserção, alocação e desenvolvimento profissional;
- Construção e manutenção de um Sistema Nacional de Informação e Gestão do conhecimento integrado de educação e trabalho na Saúde para melhorar a capacidade de decisão, avaliação, monitoramento e transparência;
- Fomento à criação e fortalecimento das estruturas institucionais da gestão da educação e do trabalho na saúde, nos municípios e estados para a implementação da política em nível local.

Em relação ao PE da OPAS, são elas:

- Indicador 4.5.1: número de países e territórios com ao menos 25 profissionais da saúde (médicos, enfermeiros e parteiras) por 10.000 habitantes;
- Indicador 4.5.2: número de países e territórios com programas nacionais de treinamento em saúde pública e competências interculturais voltadas para trabalhadores da atenção primária em saúde
- Indicador 4.5.3: número de países e territórios que reduziram em 50% o gap na densidade de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e parteiras) nas suas jurisdições subnacionais (províncias, estados, departamentos, territórios, distritos etc.) que possuem menor densidade de trabalhadores de saúde em comparação com a média nacional.
- Indicador 4.4.1: número de países e territórios alcançando a cobertura e objetivos de qualidade do Plano de Ação Regional para fortalecer estatísticas de vida e de saúde.

6.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

A consistência técnica do TC 57, desenvolvido nos últimos 10 anos, facilitou a abordagem técnica da área, permitindo interações com outras unidades e a relação com as contrapartes das três esferas de governo. O alinhamento do planejamento entre MS e OPAS facilitou também o cumprimento das metas programadas para ambas as instituições.

Em todo o momento da execução fez-se necessário a tentativa de agilizar o andamento dos acordos técnicos programados nos planos de trabalho. Isso implica em realizar, de forma conjunta e continuada entre SGTES e OPAS/BRA, uma análise aprofundada sobre a melhor forma de aplicar e de harmonizar processos e instrumentos técnico-administrativos da cooperação técnica entre a Organização e a contraparte nacional.

Seguiu sendo um desafio, dentro do semestre, ajustar os tempos administrativos as necessidades técnicas, agilizar os processos na emissão de pareceres técnicos, formulação e revisão de TR para eventos e encontros entre outros aspectos que são os que permitem a continuidade das ações na ponta.

Devido ao término do TC, será necessário planejar e executar de forma eficiente a fim de garantir a oportunidade dos produtos e resultados a serem alcançados no último período de sua vigência.

6.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 0.00
Recursos desembolsados:	US\$ 0.00
Pendente de pagamento:	US\$ 0.00
Saldo:	US\$ 0.00